CENTRO DE ENSINO SUPERIOR

Daniele Lara Thiago

**TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES COM ENFÂSE NO
MERCADO SEXUAL**

Patos de Minas
2016

Daniele Lara Thiago

**TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES COM ENFÂSE NO
MERCADO SEXUAL**

Projeto Monográfico apresentado a Faculdade de Ciências Gerenciais de São Gotardo, no curso de Direito, como requisito para a obtenção de créditos da disciplina de Trabalho de conclusão de curso.

Orientador:

Patos de Minas
2016

Daniele Lara Thiago

**TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES COM ENFÂSE NO
MERCADO SEXUAL**

Aprovado em __/ __/ __

Avaliador 1

Avaliador 2

Agradecimentos

RESUMO

O tráfico de mulheres para exploração sexual é um tema bastante complexo e ainda pouco abordado na comunidade acadêmica. Milhares de brasileiras são traficadas anualmente como vítimas da exploração sexual. No Brasil, após o ano de 2004, quando o Estado brasileiro ratificou o Protocolo de Palermo, iniciou-se o processo de criação de políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de mulheres, como a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Juntamente com esse processo, surgiram também uma série de ONG's voltadas ao enfrentamento do tráfico de mulheres para exploração sexual. A partir de pesquisa se analisou a relação entre Estado e ONG's através de suas reais intenções e projetos políticos. De um lado, o Estado, preocupado em atender a uma economia capitalista e criar medidas que possam suprir as reivindicações da ONU e dos países Europeus de conter o número de brasileiras se prostituindo na Europa. E de outro, o papel das ONG's: preocupadas em desenvolver trabalhos que prestem assistência a mulheres vítimas do tráfico e voltadas a busca pela garantia de justiça nas políticas de enfrentamento. No entanto, ainda que Estado e ONG's tenham posições antagônicas e vontades políticas divergentes, são interdependentes na medida que há um trabalho conjunto na construção de políticas públicas no combate ao tráfico de pessoas.

Palavras-chaves: Brasil, Tráfico de Mulheres, Pobreza, Políticas Públicas

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Art.- Artigo

ACNUR- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CATW – Coalition Against Trafficking in Women

Cap.- Capítulo

Caput- Cabeça

CDH-Comissão de Direitos Humanos

CECRIA-Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes

CNPD – Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas

COATNET – Christian Organisations Against Trafficking in Women

CP-Confederação Nacional do Ministério Público

CPB-Código Penal Brasileiro

CPI-Comissão Parlamentar de Inquérito

DPKO-Department of Peacekeeping Operations

ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente

ECOSOC- Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

Ed.- Edição

ESCCA- Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes

GAATW – Global Alliance Against Traffic in Women

GATT-Global Agreement on Trade and Tariffs

GPAT-Programa Global contra o Tráfico de Pessoas

GTI-Grupo de Trabalho Interministerial

ICAT- Inter-Agency Coordination Group against Trafficking in Persons

Inc.- Inciso

MRE-Ministério das Relações Exteriores

n.- Número

OEA-Organização dos Estados Americanos

OIT-Organização Internacional do Trabalho

OMC-Organização Mundial do Comércio

ONG-Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

p.- Página

PESTRAF-Pesquisa em Tráfico de Pessoas no Brasil

PNETP-Política Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas

PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRF- Polícia Rodoviária Federal

PRONASCI-Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

TSH-Tráfico de Seres Humanos

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF-Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNODC-United Nations Office on Drugs and Crime

UN.GIFT-Iniciativa Global das Nações Unidas para o Combate ao Tráfico de Pessoas

v. -Volume

§ - Parágrafo

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	11
2.1A ORIGEM DO TRAFICO DE PESSOA.....	13
2.2TRAFICO DE MULHERES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO E COMERCIO SEXUAL	15
2.3PROSTITUIÇÃO E EXPLORAÇÃO SEXUAL	18
2.3.1PERFIL DAS VITIMAS E ALICIADORES	20
2.3.2SUJEITO ATIVO DO TRAFICO DE MULHERES	23
2.3.3SUJEITO PASSIVO DO TRAFICO DE MULHERES.....	24
2.4 HISTORICO DE LEIS DE COMBATE AO TRAFICO DE PESSOAS	25
2.5 EVOLUÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAL NO COMBATE AO TRAFICO DE PESSOAS	28
2.6 A SITUAÇÃO NO BRASIL	34
2.7 REDES DE FAVORECIMENTO	35
2.8 PERFIL DAS VITIMAS	36
2.8.1 Crianças e Adolescentes	36
2.8.2 Mulheres e Homens	38
2.9 DISTRIBUIÇÕES DAS ROTAS INTERNACIONAIS TENDO COMO ORIGEM PESSOAS TRAFICADAS DA REGIÃO SUDESTE.....	42
2.10 O TRAFICO INTERNACIONAL DE PESSOA PERANTE A LEGISLÇÃO BRASILEIRA	43
2.11 TRATADOS INTERNACIONAIS E A LEGISLÇÃO BRASILEIRA FRENTE AO TRAFICO DE PESSOAS	45
2.12 MODALIDADES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	45
2.13 TRAFICO DE MULHERES E POLITICOS DE INTENÇÃO OU INTENÇÕES POLITICAS.....	46
2.14 TRATADOS E CONVEÇÕES INTERNACIONAIS	47
DADOS DA FUNDAÇÃO HELSINQUE DE DIREITOS HUMANOS.....	48
2.15 CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO INTERNACIONAL (CONVENÇÃO DE PALERMO).....	49
2.16 O PROTOCOLO DE PALERMO	50
2.17 CRITICAS À LEGISLAÇÃO SOBRE O TRAFICO DE SERES HUMANOS NO BRASIL	52
2.18 FATORES INFLUENCIADORES DO TRAFICO DE MULHERES PARA EXPLORAÇÃO E COMERCIO SEXUAL	53

2.19 A QUESTÃO DO CONSENTIMENTO DA VITIMA DE TRAFICO DE SERES HUMANOS.....	55
2.20 A DELIMITAÇÃO DO BEM JURIDICO NO DIREITO PENAL SEXUAL.	60
OS CRIMES SEXUAIS TUTELADOS PELO CODIGO PENAL DE 1940	62
2.21 LENOCINIO E TRAFICO DE PESSOAS	63
PROSTITUIÇÃO: PROIBIR, REGULAMENTAR OU ABOLIR?	66
2.22 EXPLORAÇÃO SEXUAL	71
2.23 PROTEÇÃO E TRATAMENTO AS VITIMAS DO TRAFICO.....	75
2.24 DIFICULDADES DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO TRAFICO DE SERES	76
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
4 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	80

1 INTRODUÇÃO

O tráfico de mulheres é uma ação transnacional que movimentava um mercado extremamente lucrativo e crescente, perdendo apenas para o tráfico de drogas e armas. De acordo com a COATNET - Christian Organisations Against Trafficking in Women, o tráfico de seres humanos age de forma articulada com o comércio clandestino de drogas e armas. O fenômeno vem tomando dimensão cada vez maior nos últimos anos por se tratar de uma conduta que não necessita de muitos gastos para quem os pratica.

Essa atividade reflete profundas contradições e distorções históricas da relação entre homens e mulheres com a natureza e a moral. Além do tráfico para a exploração sexual de mulheres, que é o foco do presente trabalho, existem outras formas de exploração do homem pelo homem, tais como o trabalho escravo, servidão doméstica, violações físicas, extração e comércio de órgãos, etc.

A ideia de estudar e pesquisar o tema surgiu pelo fato de se tratar de um tema relevante não só para o sistema jurídico, mas para a sociedade como um todo, que se vê exposta em experiência da pequena importância dada e a falta de visibilidade que o assunto recebe.

A pesquisa buscou também apresentar a incoerência do tratamento dado ao delito no contexto pátrio em relação aos documentos internacionais ratificados pelo Brasil, bem como as fragilidades sofridas pela própria máquina estatal no que diz respeito ao controle e visualização do fenômeno por meio dos órgãos e estruturas responsáveis pela fiscalização e repressão, devido à escassez dos meios de acesso à informação que acarretam a falta de controle e planejamento de políticas públicas para o enfrentamento do problema com o objetivo de inibir a ação dos aliciadores.

O perfil do ilícito na legislação penal, entendimentos jurisprudenciais emanados dos Tribunais Regionais Federais, Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, expondo algumas dificuldades enfrentadas pelo Estado no combate e prevenção ao delito.

No decorrer do trabalho será exposta essa problemática que atualmente é objeto de diversos tratados internacionais e pesquisas em torno dos direitos humanos. É um assunto que desperta interesse tanto nas entidades governamentais quanto nas não governamentais e na comunidade

internacional que vem buscando soluções para o combate ao tráfico de mulheres.

Diante dessa temática e com o objetivo de apresentar os principais aspectos que envolvem o tráfico de pessoas para circular de exploração sexual a legislação a ela concernente, a presente monografia, busca abordar a evolução do fenômeno, a construção desse conceito ao longo das civilizações, o perfil das vítimas e os diversos fatores influenciadores do tráfico de mulheres, bem como, o delito, isto é, a legislação brasileira referente ao assunto, as normas internacionais vigentes e a proteção aos direitos humanos.

Após traçado paralelo, foram feitas análises comparativas entre o Código Penal brasileiro, os documentos internacionais ratificados pelo Brasil, em o Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, bem como a forma com que a lei penal brasileira pune e reprime o delito, o tratamento jurídico dado e a incoerência existente entre a lei penal brasileira e os protocolos e tratados internacionais.

Por fim, será apresentado o entendimento provindo dos tribunais concernente ao tema juntamente com as ações e programas desenvolvidos pelo Estado no amparo às vítimas do tráfico para circular de exploração sexual, apoiado na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e nos instrumentos de proteção dos direitos humanos.

O presente trabalho consistem em uma pesquisa bibliográfica exploratória descritiva, baseada em um modelo dogmático-instrumental, com fundamentos sócio jurídicos. Portanto, foram utilizados livros, artigos publicados por doutrinadores e estudiosos de grandes renomes no âmbito jurídico, bem como apanhado de leis, em exclusivo o atual Código Penal Brasileiro, documentos internacionais, como o Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, e jurisprudências que fundamentam o estudo, a saber: o tráfico de mulheres para comércio e exploração sexual.

2 O CONHECIMENTO CIENTIFICO

2.1 ORIGEM DO TRÁFICO DE PESSOA

Por se tratar de um problema que vem cada vez mais aumentando, o tráfico de pessoas que tinha exclusivamente como objetivo recrutar, homens principalmente para o trabalho escravo. Segundo Armane Pereira¹, o Tráfico com Seres Humanos teve sua origem na Antiguidade Clássica, na Grécia, e só depois em Roma. Nesse período o objetivo era unicamente obter os prisioneiros da guerra, não tinha caráter mercantil. O Tráfico de pessoas teve início na América indo em direção a colonização foi feita ao longo de países europeus, sendo dividida em dois tipos o de colonização, no sentido de povoamento e a exploração.

Nas colônias onde ocorreu o povoamento principalmente na América do Setentrião, os colonos que saíram da Europa e iam na direção da América buscavam melhores condições de vida. Já as colônias de exploração, eram caracterizadas pela extensa exploração de terras e de seus nativos.

Conforme Pearson², acerca da origem do tráfico:

Segundo sabe-se, o Tráfico desde Indivíduos tem sua origem na Antiguidade, onde, devido as frequentes guerras e disputas territoriais, tempo generalidade, posteriormente as batalhas, no sentido de apropriação dos povos vencidos pelo tropa glorioso, fazendo daqueles verdadeiros escravos destes. Em dessa forma, muitas vezes os vencedores não tinham interesse subitâneo em mão-com-obra, o que aumentaria significativamente sua densidade populacional, aumentando também no sentido de demanda desde recursos, o que os levava em direção a comercializar, em tipo do que escravidão, em direção a mão-com-obra demasia.

Conforme explicou Pearson², posteriormente as guerras, os povos vencidos ficam a mercê dos vencedores, e viravam escravos, devido à densidade populacional, os escravos eram comercializados, vendidos para mão-de-obra escrava como um bom negócio.

¹ PEREIRA, Armando. **Prostituição, uma visão global**. Ed. Pallas S.A., 1976.

² PEARSON, E. **Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas: um manual**. Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres. Rio de Janeiro, 2006 118p.

Ainda de acordo com a origem do tráfico de pessoas, teve início após as guerras, onde se elucida que o objetivo também estava em desbravar terras utilizando a mão-de-obra escrava que vinha particularmente do continente Africano:

Com no sentido de “invenção” desde novas terras, os europeus, especialmente portugueses e espanhóis, passaram essa utilizar-se, prioritariamente, da mão-de-obra negra-escrava para ser capaz desbravar, explorar e possibilitar o povoamento das terras descobertas, colônias vinculadas as suas metrópoles.³

Naquela época, o principal “fornecedor” de escravos era o continente africano que, devido ao período de resistência, e das constantes guerras internas e da superioridade bélica das nações desbravadoras, transformou-se em um dos países maiores exportadores do mundo inteiro nos últimos tempos.

A história ainda vem confirmar que por invenção dos diversos países e terras só se tornou provável porque muitas raça sofreram todos os tipos de explorações, eram castigados pelo simples fato de serem negros. O tráfico não surgiu com a utilidade sexual, mas há de obter mão-de-obra escrava barata, gastando o mínimo para fruir sobrevivência e pudor.

Conforme Damásio Protestante, no sentido da origem do tráfico de pessoas:

“O Brasil foi o último país ocidental com destino a anulação do trabalho compulsório, em 1888, sem dispor resistido em décadas. Os navios negreiros transportaram, durante 300 anos, milhões de pessoas entre, homens, mulheres e crianças, para o trabalho. O trabalho de exploração, também se estendia à escravidão doméstica, à exploração sexual e às violações físicas. Por escravidão reverberava essa lógica do corpo incircunscrito do servo, acerca de o qual para violência tempo exercida”.⁴

Sobre o Brasil, antes e depois da cessação dos escravos, com menor intensidade, não só os índios eram escravizados, mas os povos oriundos do continente africano, que posteriormente longos períodos entre viagens em condições desumanas, mostrando miséria, sofrendo com doenças, principalmente as crianças, que eram encaminhadas ao trabalho doméstico, nas

³ SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica** Educação e Realidade Julho-Dezembro 1990, 16(2): 5-22.

⁴ROSÁRIO, Maria do. **Relatório da CPMI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, síntese**. Câmara dos Deputados. Brasília: 2005.

casas grandes, onde as mulheres tinham que aturar as violências sexuais dos patrões e barões.

Segundo Somões³, em relação a origem do tráfico de pessoas:

“Vale ressaltar que, naquela época, não havia qualquer legislação em vista o combate ao tráfico de pessoas, pelo contrário, havia grandes impulsos nesse sentido, pois os negros eram tidos como uma sub-raça, verdadeiras mercadorias, indignos de que qualquer proteção humanitária. Embora os escravos não fossem tidos como indivíduos, eles possuíam grandes valores econômicos uma vez como mercadoria. O negro foi responsável através de grandes secção com negócios do século XVII, com sua lucratividade comparada unicamente ao comercio da cana-de-açúcar”.

O tráfico de pessoas é uma forma moderna de escravizar cidadãos pelo mundo com o uso, da violência, do trabalho forçado, entre outras formas de exploração; apesar dos negros, naquela época, não serem tratados como seres humanos contribuíram como uma forma significativa para o histórico lastimoso da humanidade, ajudaram com destino a edificar toda uma sociedade onde o firmamento é criado através da dor, miséria, morte e exploração.

2.2 TRÁFICO DE MULHERES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO SEXUAL

O tráfico de mulheres para exploração e negócio sexual reflete profundas contradições e distorções históricas sobre da relação de homens e mulheres com essa natureza e para moral.

[...] o autor diz que a libertinagem florescia a olhos vistos na periferia do capitalismo. As mulheres, agenciadas por traficantes, seguiam o caminho dos recursos monetários dos recém libertados dos homens daquela época, onde o adubo moralista e higiênico, ao combate do lenocínio e à libertinagem começou e ainda não terminou. Essa atividade ilícita está diretamente associada à prática de serem consideradas formas explícitas como a escravidão moderna que, embora tenha surgido há séculos, ainda é um problema e, um fenômeno multiface vem tomando enorme dimensão e repercussão nos dias atuais.²

No sentido de exploração as mulheres tem reflexos culturais e históricos. De acordo com Pierangeli, o lenocínio e a libertinagem nasceram na Roma antiga como uma atividade lucrativa à sociedade, uma vez que acarretava

o recolhimento com tributo pela sua prática. Com a chegada do Cristianismo a exploração sexual passou a ser vista com maus olhos e houve a tentativa de se punir tal exploração que foi influenciada pelos pensadores da idade. Porém, tal atividade não logrou triunfo, em razão de as próprias autoridades se favorecerem da exploração e patrocinavam as mulheres valendo-se da situação de superioridade e hierarquia.

Já em meados do século XVI, no sentido de chegada dos colonizadores “o índio passou a ser o maior bem material do colonizador. Para tudo servia, também para sua satisfação sexual”. No interior do Brasil no sentido de exploração sexual as mulheres teve um marco inicial no sentido de invenção e colonização do país, nos quais os senhores “compravam” as escravas e as exploravam utilizando-as não apenas para força de trabalho, mas também como objeto de satisfação sexual.

O tráfico de mulheres, anteriormente a legislação brasileira, ganhou maior expressividade e atenção a partir do século XIX e início no século XX. Para escacar esse período as grandes cidades da América do Sul buscavam se aproximar dos modelos europeus, sendo oriente um dos fatos que desencadearam para transmigração do setentrião para o sul do mundo.

Ao final do século XX como as migrações se intensificaram e o Brasil passou a fazer parte da rota, tornando-se o terceiro pólo com atração destes migrantes, perdendo somente para os Estados Unidos e Argentina. Havia grande interesse das famílias em limpar as cidades do conseqüente combate à prostituição, e ao tráfico de pessoas, que eram considerados como fontes de doenças contagiosas, morais e físicas, e violadores dos rígidos padrões da sociedade que objetivavam a moral da mulher e da família.

Nesse contexto, os valores defendidos eram os bons costumes, com destino a moral, em direção a honra da mulher e da família dado que no sentido de moralidade da mulher era vista com maior preocupação, pois viviam em situação de completa submissão aos homens, e eram desprovidas dos direitos individuais e tinham que moderar seus próprios desejos sexuais, e a mulher tinha que desempenhar um papel estreitamente ligado à honra e moral da sociedade e família.

SIMÕES, Daniela Martins. Metodologia Científica. 2002

FOX, J; SANDLER, S. **Bringing Religion into International Relations**, Londres: Palgrave Macmillan, 2004.

Ao longo dos anos, com as mudanças ocorridas na sociedade e dos valores nela inseridos, certas dignidades foram tomando outra dimensão e valia a próprio concepção de voluptuosidade foi se desenvolvendo. O mundo, no interior do último século, viveu duas grandes guerras mundiais e assistiu à trivialização da vida humana pelo genocídio que foi perpetrado em discordância das diversas minorias étnicas e grupos considerados inferiores na Europa, o que promoveu, em especial e seguida desse incidente, à valorização da vida entre homens e mulheres ao longo do princípio da pudor da pessoa humana.

Em virtude dessa mudança o que postura na direção da mulher passou essa a reivindicar seus direitos, lutar para receber tratamento digno e obter posições sociais. Hoje, a mulher desempenha um papel ativo no mundo inteiro nos ramos do mercado com trabalho e ocupa posição não só no contexto social, como também econômico. Não bastando significativas evoluções, para mulher encontra-se, ainda, em situação de destrutibilidade em relação a muitos aspectos, de entre eles o sexual, conforme relatório acerca de com destino a “Situação da População Geral em 2010” elaborado pelo Firme com População das Nações Unidas – UNFPA – onde indica que as mulheres são metade da população migrante em todo mundo e dentre elas 70% são brasileiras e trabalham como profissionais do sexo em outros países.

Analisando sob a direção da ótica geral, diversas transformações apoiadas nas convicções iluministas, surgidos em meados do século XVIII, em conjunto com as mudanças nas esferas sociais e políticas culminaram na direção de promulgação da Enunciação dentre os Direitos da Virgínia, em 1776, e da Enunciação dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789.

No século XX tornou-se evidente a preocupação em relação a proteção dos direitos humanos, sendo apresentados documentos uma vez que em direção a Enunciação Americana desses Direitos e Deveres do Homem, em 1948; em relação a Convenção Externo com relação a direção da Eliminação do que Qualquer uma das Formas a Discriminação, a 1968 essa Convenção com relação em direção a Eliminação de Qualquer uma das Formas de Discriminação Negativa da Mulher, do que 1979; em relação a Convenção

Objeção na direção de Tortura e Outras pessoas Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, entre 1984; em direção a Convenção acerca de os Direitos da Petiz, desde 1989; essa Convenção Interamericana foi criada para Prevenir, Punir e Erradicar essa Violência contra a Mulher, em 1994; o Cerimonial Facultativo à Convenção acerca do destino e Eliminação das Formas de Discriminação em combate a com destino a Mulher, a 1999, entre as demais.

A cláusula 1º da Enunciação Global dos Direitos Humanos afirma que “todas as raça nascem livres e iguais em distinção e direitos”. De acordo com esse preceito, sobre natureza, inseparavelmente ligado à liberdade da pessoa humana. E, defendia Rosseau “o homem nasce livre”, independente de sexo, raça, cor ou idade, ou melhor, ele conseguiu determinar em cima de seus passos de forma livre e consciente. Apesar da visível mudança dos valores, tanto sobre contexto nacional quanto mundial, da geração de leis e documentos internacionais que pregam o destino a paridade e essa distinção da pessoa humana, para discriminação e o preconceito ao contrário de com a mulher que ainda existem e o tráfico crescente em proporção espantosa.

2.3 PROSTITUIÇÃO E EXPLORAÇÃO SEXUAL

É necessário observar que, de acordo com a lei penal brasileira, a prostituição não é crime. O que é criminalizado, de acordo com o Código Penal Brasileiro, é a exploração sexual ou o rufianismo:

Art. 229. Manter, através de conta própria ou de terceiro, estabelecimento na qual ocorra exploração sexual, haja, ou não, alvo do que lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: (Redação tratável pela Lei nº 12.015, a 2009)

Pena - reclusão, a dois a cinco anos, e multa.

Rufianismo Art. 230 - Tirar proveito do meretrício alheio, participando diretamente desde seus lucros ou fazendo-se sustentar, sobre todo ou em segmento, até que no sentido de exerça.

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa (Código Penal Brasília, Lei Nº 12.015).

Falar sobre a prostituição, ainda é um assunto complexo, pois apesar de não se considerada criminalizada, não é regulamentada como profissão, embora seja tida “com destino a mais antiga profissão do mundo”.

Segundo Swai,

“a frase é dita e escrita à exaustão, criando sentidos a respeito de o desocupado do que sua enunciação”, para pesquisa histórica mostra, com efeito, que em direção ao “meretrício é uma geração a momentos e épocas específicas”.

Por conseguinte, esse tipo de enunciado (na direção da mais antiga profissão do mundo) perpetua essa teoria da libertinagem pelo fado da mulher, figurando o lado negativo da imagem construída da mulher-mãe. De acordo com Santos, as primeiras prostitutas na história estavam ligadas ao ilustrado das divindades e para sociedades matriarcais.

Deusas como Inanna e Ishtar centralizavam o ser capaz religioso e político. Caso da primeira evidência entre as mulheres prostitutas e esposas ocorreu na Suméria, 2000 a.C. Na Grécia e na Roma Antiga, a prostituição era vista como uma profissão de prestígio. Havia o pagamento de impostos e no sentido de utilização com vestimentas diferenciadas. Na idade média houve um aumento da segregação das prostitutas devido, principalmente, à moral cristã. Durante a Revolução, sobre conta das condições desumanas dos trabalhos, houve um aumento da prostituição e, desse modo, a desvalorização da mulher que se prostituía, era tida como símbolo da imoralidade pelos cristãos. Discriminação intensificada no século XX, no sentido da propagação de DST, em contrapartida a AIDS.

Ainda segundo Santos,

“a prostituição vem do verbo latino prostituere, que significa expor publicamente, pôr à venda, referindo-se às cortesãs a Roma”.

Em concórdancia com Oda & Pinto, os dicionários desde língua portuguesa trazem significados depreciativos para o termo meretrício. A elas foi oferecido um rótulo raso e preconceituoso, que ignora seus preceitos como homem. Invisíveis aos olhos da sociedade e marginalizadas nas esquinas do país, elas estão longe de possuir na direção de chamada “vida fácil”. São gente que sofrem com os preconceitos da estigma; enfrentam no sentido de violências dos companheiros, dos clientes, da milícia; estão vulneráveis às doenças

FALEIROS, Vicente de Paula. **Redes de Exploração e Abuso Sexual e Redes de Proteção**. CECRIA.2002.

XAVIER, Clyton Eustáquio. **Tráfico de Pessoas**. Brasília, Polícia Federal. **Divisão de Direitos Humanos**, 2007.

sexualmente transmissíveis; sentem-se solitárias apesar dos ganhos financeiros e da relativa autonomia; demonstram intensa dificuldade em estabelecer vínculos afetivos e a crédito.

Segundo Pungs, em uma discussão sobre a prostituição enquanto trabalho que tem polarizado dois grandes grupos, um e outro embasados em perspectivas feministas. O grupo formado através de feministas radicais vêem no sentido da prostituição o uma vez que são submissas/escravizadas, por influência masculina. Já as feministas liberais veem como uma escolha, uma vez que um trabalho qualquer é motivo de críticas posicionamentos do tino geral “que tratam a prostituta como uma presa social”.

Apesar da existência de uma exposição que mostre no sentido da mulher que se prostitui como senhora de sua própria vida e dona dos seus próprios atos, é inatacável no tino generalidade e, desta maneira, essa sociedade em sua multidão, tanto na prostituição com preconceito e com destino a trate a forma excludente. Dentro desta perspectiva com valores culturais conservadores, para pesquisas sobre o Tráfico com Mulheres, Crianças e Adolescentes, apresenta com destino a violência uma vez que resultado dessas relações entre exploração e poder a mercados globalizados e de Estados-nações fragilizados, é uma relação a mando de força que se estabelece de forma desigual e sociais, os gêneros, as etnias, e entre adultos, crianças e adolescentes.

Nesta perspectiva a exploração sexual nacional é maior entre mulheres, do que crianças e adolescentes é uma violência que se manifesta de forma diferenciada conforme as características econômicas, sociais, culturais, étnicas e geográficas de qualquer região. Traduz-se em múltiplas e variadas situações que permitem declarar em direção a dificuldade das relações nelas implícitas e as dimensões que as contextualizam. Define-se porquê uma violência sexual em mulheres, crianças e adolescentes, determinada sobre relações dentre violências sociais e interpessoais, do padrão ético e moral, do trabalho, do mercado e do consumo.

Com destino a exploração sexual pode, portanto, comparecer com forma velada na sociedade, em suas ações e dentro de respectiva ação

dominante.

Segundo o sentido de Pestraf, as próprias mulheres que aceitam as propostas para trabalharem uma vez como prostitutas em outros lugares, em outros países, não se reconhecem vítimas, o que dificulta o trabalho dos órgãos de combate, devido à falta de denúncias. É importante, então, diferenciar prostituição de exploração sexual. Parecido que uma mulher aceite transmigrar para trabalhar como prostituta, não lhe retira os direitos com cidadã.

2.3.1 PERFIL DAS VÍTIMAS E ALICIADORES

O crescente número de vítimas do tráfico tem estreita relação com destino a ineficiência do Estado e dos abundantes níveis da sociedade no interior de enfrentamento de combate ao tráfico e, os motivos que levam as pessoas, em exclusivamente mulheres, na direção de migrarem para outros países é essa crescente desigualdade aliada à procura de melhores condições com vida.

As regiões que apresentam altos índices com desigualdades sociais e econômicas são aquelas que exportam mulheres para o tráfico externo e doméstico, o que caracteriza em direção a mobilidade nas fronteiras e com destino a teoria de um fenômeno imanente do processo de transmigração. Segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos, em relatório com relação a tráfico mundial de mulheres, divulgado em julho do que 2001, o Brasil é considerado um país fornecedor de vítimas para o tráfico doméstico e externo de mulheres. Com destino a prevalência das vítimas do tráfico no interior do País é composta entre mulheres e garotas.

[...] As mulheres tornam-se empregadas domésticas em condições análogas à servidão involuntária e são exploradas sexualmente.

De acordo com o tráfico doméstico a incidência maior é a de mulheres que circulam pelas capitais e portos onde o fluxo ocorre em direção aos locais mais desenvolvidos, seja geograficamente, economicamente ou em aspectos culturais e turísticos. O transporte mais usado é o terrestre.

Já no interior o tráfico vem no sentido de dominação das mulheres que, muitas vezes, se utilizam de documentos falsos para ingressar em países. O meio de transporte utilizado é o aéreo, seguido de navios. Conforme o estudo realizado no Brasil, o tráfico como objeto de exploração sexual é preponderante em mulheres e adolescentes afrodescendentes na faixa etária entre 22-24 anos e 15-17 e, em boas condições, nascidas em lugares populares, com baixa escolaridade, muitas vezes provém de municípios sub desenvolvimento, moram em áreas de periferia e têm filhos.

Desenvolvem, muitas vezes, atividades relativas ao ramo da prestação de serviços domésticos e de transação. Muitas mulheres escolhem enfrentar na direção da incerta jornada do tráfico ou da Imigração para fugir dos maus tratos e da exploração sexual que muitas vezes estão submetidas em suas próprias comunidades. Muitas meninas são vendidas e colocadas à distribuição do tráfico porque seus pais não tem condições de criar, ou por causa do dinheiro ou por simplesmente acreditarem que elas estarão libertas da pobreza.

A OIT elencou as causas e as circunstâncias favorecedoras do tráfico, no sentido de saber, capitalismo; pobreza; carência desde mas possibilidades de trabalho; discriminação entre gênero; violência doméstica; abuso sexual; leis deficientes, entre outras.

Pesquisas apontam que grandes segmento das mulheres traficadas sofreu ou sofrem qualquer tipo de violência ou abuso, tem origem nas regiões interioranas, convivem com a pobreza, falta de cuidados como serviços básicos, apresentam uma tela desconstituído, com fragilidades e o sonho de possuírem uma vida confortável e tranquila, não só no sentido econômico, mas também as impulsionam para ingressarem junto de tráfico.

Em relação aos aliciadores, com concórdia com estudo acontecimento pela PESTRAF - Pesquisa acerca de Tráfico dentre Mulheres, Crianças e Adolescentes para Exploração Sexual - indica que o perfil se denomina:

[...] pode-se indicar que os homens (59%) aparecem com maior incidência dentro de processo a aliciamento/agenciamento ou alistamento com mulheres, crianças e adolescentes para as redes dentre tráfico com circunvalar sexuais, cuja fita etária oscila entre 20 e

56 anos. A respeito das mulheres, para incidência é de 41% e para faixa etária de 20 a 35. (Pesquisa mídia/ PESTRAF).

O subornador é aquele que alicia, propicia e ajuda em direção a cooptar o mártir para essa rede criminosa do tráfico, assim, os aliciadores se beneficiam economicamente da situação com insegurança da presa através da exploração e das relações de injúria sexual que se estabelece.

O estudo identificou 161 aliciadores, sendo 52 oriundos de países estrangeiros, sendo a Espanha, Holanda, Venezuela, Paraguai, Alemanha, França, Itália, Bélgica, Rússia, Polônia, Estados Unidos e Costeleta, e 109 brasileiros. As mulheres atuam também como aliciadoras do tráfico e, muitas das vezes, se aproveitam da relação de amizade e crédito para incentivar outras mulheres em direção a ingressarem nessa atividade. Ao preço de grandes prevalência das aliciadoras age sem consciência entre que estão praticando, em correspondência, outras sabem que tal ação constitui transgressão, porém aceitam com destino a situação como forma a recrutar privilégios e moeda junto aos traficantes. Leal afirma que:

“o perfil do engajado está relacionado às exigências do mercado do que tráfico para circunvalar sexuais, ou seja, qual determine out o perfil do subornador e da pessoa explorada pelo mercado do sexo, é no sentido de demanda, que se configura através dentre normas que estão relacionados essa classe sociais, fita etária, idade, sexo e cor.”

Sabe-se que com destino a exploração sexual de mulheres está disseminada ao longo de todo o território brasileiro. Afirma Faleiros:

[...] Com destino a exploração sexual fornece no sentido de sustentação logística e simbólica do agenciamento de mulheres e crianças para o tráfico. Para exploração sexual oferece o envolvente propício para o sentido de inserção no interior de mundo da ilegalidade, da falsificação de documentos, da prevaricação das policiais e da subordinação. A prostituição sexual parece ser maior nas cidades litorâneas – Rio de Janeiro e Vitória -, mas especialmente no Nordeste, principalmente na Bahia. No Sudeste existe uma vinculação ao tráfico de mulheres com o de drogas, particularidade que pode se repetir em outras regiões do Brasil.

De acordo com o tráfico de pessoas não levam em conta no sentido de moral humana, muito menos os direitos fundamentais, pois as vitima

são vistas como mercadorias, e não cidadãos que possuem vontades e direitos e muitas vezes nem são tratadas como seres humanos. Servem, somente, de objeto sexual de outros seres e na atividade geradora de lucros.

Uma legislação inadequada e desatualizada, de harmonização das normas nacionais, burocracia excessiva e atividades que atrapalham o combate ao tráfico. Nos países receptores com leis de imigração demais restritivas e criadas para prevenir o tráfico, equipes imigrantes podem, casualmente, tornarem vulneráveis às redes criminosas que atuam com o tráfico desde raça.

2.3.2 SUJEITO ATIVO DO TRÁFICO DE MULHERES

A convenção com Leal, não mais que pode ser sujeito ativo do tráfico com mulheres (art. 231 do Código Penal Brasileiro) aquele que promove ou facilita em direção ao ingresso dentro, ou essa saída do território pátrio com mulher, com vista à prostituição. O traficante, caso tenha sido cometido com o término de lucro, prevê o § 3º do análogo item cominação cumulativa a pena pecuniária (tráfico interesseiro).

Conforme dispõe Martinez,

“difícilmente o similar apresenta somente um sujeito ativo: para pluralidade é essa regra. Todos tem sua tarefa: uns recrutam as mulheres no interior do estrangeiro; outrem se incumbem dos percalços da viagem, tratando dos papéis e passaporte; poucos acompanham as vítimas na jornada, e há os que se encarregam a sua colocação junto de mercado e da zona”.

Em verdade, há uma pronúncia muito estabelecida com organizações que administram com destino a prática do delito.

“O sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, altivamente do sexo. Em universal, o é cometido até inúmeros agentes”.

“Sujeito passivo é para mulher, porquê se depreende da descrição típica.”.

“Os autores se dividem, em cima de que se conta à identificação do sujeito passivo. Para poucos (maior número) é no sentido de mulher. Demais consideram ser na direção de sociedade. Também, existem aqueles que nomeiam dois sujeitos passivos: direto e indireto”.

Faz-se necessário compreender que para se chegar ao sujeito passivo é necessário verificar qual meio jurídico está sendo pupilo pela norma. Um dependente do outro. Logo, parece estranho que se possa optar por qual meio jurídico em direção a tutela da moral sexual pública e pelo sujeito passivo à mulher. Ou ao contrário: optar essa tutela da mulher uma vez que sendo o muito jurídico e, ao parecido, aprender que o sujeito do delito venha com destino a ser essa sociedade.

“Para a autoridade considerar com destino a mulher uma vez que sujeito passivo do delito, é preciso que se estabeleça uma evidência: só poderá figurar uma vez que servo na direção de mulher que desconheça com destino a atual motivação com teu deslocamento (através de desfrutar sido obtido recorrendo a fraude) ou quando não tenha havido consentimento (ofício dentre violência ou prenúncio). Assim, tendo conhecimento a que com destino a ação do sujeito ativo tem em propósito no sentido de sua zona, ou, em o mínimo, estando cômico da objeto, não se haverá que falar na mulher uma vez que sujeito passivo”.

Nesse caso, dependendo das circunstâncias no qual o tráfico ocorreu, pode-se dispor diferentes sujeitos passivos. Assim, havendo conhecimento e aquiescência através de segmento da mulher sobre da zona, o muito jurídico é em direção a moral e os bons costumes, figurando na direção de sociedade porquê sujeito passivo. Inexistindo aqueles, essa mulher passa em direção a ser em direção a presa do delito, e, dentre forma indireta, com destino a sociedade, pois do que qualquer forma permanecem sendo ofendidos essa moral e os bons costumes.

Desta feita, há dois perfis entre as mulheres traficadas: o da mulher que viaja com destino a procura de um ofício com bom provento, mas que efetivamente é enganada, pois o objetivo atual da viagem é em direção a exploração, e o da mulher que já estava inserida na prostituição antes de fazer

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. trad: Mário Gama Kury. 4ªed. Brasília: UNB, 2001. a viagem ao inferno.

KANT, I. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. 2003

As mulheres além de serem estigmatizadas pela exigência entre classe, raça/cultura e gênero, são atraídas para as redes com tráfico, nas quais são transformadas em mercadorias exóticas e erotizantes.

2.4 HISTÓRICO DE LEIS DE COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS

O Tráfico ocorria por variados motivos, principalmente para trabalho escravo. Sobre o Brasil que ia com destino a primeira referência ao tráfico de pessoas de concórdia com Shecaria e Silveira, diz que,

está ligada ao tráfico negreiro. O Brasil, sob o domínio da escravidão foi o último país das Américas para suprimir a escravidão. Nesse período para liderança da transação com escravos, mas para Inglaterra pressionou o país com o propósito de extinguir essa prática. No interior do dia 1º de março de 1807 o Tráfico Nегreiro foi reputado uma vez e proibido no dia 1º de março de 1808, “o mundo inteiro os escravos, que entrarem junto de território ou nos portos do Brasil, vindos de fora, são livres”.

Esta Lei não teve sucesso e até o ano de 1855 navios continuavam atracando do país com levas de escravos. Esta lei foi, literalmente, para “anglicano assistir” e assim ocorrer essa satisfação cosmopolita. De acordo com Damásio, o tráfico de pessoas está intimamente ligado com a história do nosso país. Ainda, com contrato com o responsável, em trezentos anos, milhões com indivíduos foram trazidas para trabalho agrícola, servidão doméstica, exploração sexual e violências físicas.

Na supressão da escravatura sobre o Brasil em 1888 foi necessário elaborar Tratados e Leis para assegurar o direito a liberdade. Dessa forma de acordo com Aristoteles dois importantes documentos foram elaborados na estação. O primeiro documento mundial em oposição ao tráfico foi elaborado em 1904 com o propósito de suprimir a troca de escravos brancos, que ocorria devido ao tráfico e à transmigração de mulheres brancas da Europa para países árabes e orientais para atuarem uma vez como concubinas ou prostitutas, despertando preocupação em secção da sociedade e do governo da Europa. Este documento não se mostrou eficiente, pois além de não ser uma

visão da veste centrada na Europa também definiu o tráfico de mulheres com um propósito sexual.

O segundo documento, elaborado em 1910, além de reconhecer a existência do tráfico dentro do território, também foi o primeiro com destino a incluir previsões para punir os aliciadores, mas obteve somente 13 ratificações. Esses documentos foram importantes passos para o combate ao Tráfico de Mulheres, reconheceu essa atividade escrava, mas ainda havia o tabu do preconceito quanto à prostituição. Junto a essa Liga das Nações foram elaborados dois importantes instrumentos nos anos 1921 e 1933. Esses documentos definiam tráfico similar com o consentimento da mulher. O que foi uma enorme progressão para em direção a revolução.

Observa-se que foi solidificando-se em direção a relação entre tráfico de mulher com o passar dos anos. Em 1949 ocorreu a Convenção para Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração Sexual, nesta Convenção constituiu-se o único instrumento revertido para o problema do Tráfico até o amparo da Convenção de Palermo e seus Protocolos. Preliminarmente, nota-se que com destino a Convenção de 1949 não trazia uma definição objetiva e inteligível com Tráfico Sexual que excluía um vasto padrão de mulheres ao se restringir ao tema prostituição. Em Palermo realizou-se a Convenção com o intuito de prevenir, suprimir, e punir o tráfico de pessoas, normalmente por mulheres e crianças foi adotada e ratificada sobre o Brasil através do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2004. E trouxe um sentido de primeira definição internacionalmente aceita de tráfico de pessoas, na direção de “Tráfico de Pessoas” deve valer o alistamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento a cidadãos recorrendo a ameaça ou uso da força ou outras formas do que coerção, do rapto, a fraude, com a injúria de controlar ou com uma posição de instabilidade ou de dar e receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa desfrutar controle acima de outra, para o propósito de exploração, inclui, junto o mínimo com destino a exploração sexual, ou outras formas de exploração como, trabalho ou serviços forçados, escravidão ou praticas análogas à escravidão, servidão ou para remoção de

órgãos.

O alistamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de um garoto para circundar com exploração devem ser considerados “Tráfico de Pessoas” similar que não envolvam nenhuns dos outros definidos entre os subparágrafo desta cláusula.

Deve se levar em conta que qualquer pessoa com menos de 18 anos desde idade, pois o tráfico de pessoas pode envolver questões ligadas à transmigração ilícito, contrabando de seres (transmigração ilícito paga e agenciada entre terceiros), trabalho servo e/ou exploração sexual. Todavia, não significa que todo o destino esteja diretamente ligada aos atos supra relacionados.

No momento presente, milhares de pessoas cruzam o oceano em procura de um sonho ou de melhores condições de vida, fugindo das guerras, da lazeira, da pobreza de suas nações, da perseguição religiosa e da violência. Aproveitadores se valem dessa carência para escravizar essas pessoas.

Atrás desse problema do tráfico de pessoas o Instituto Avante Sapão relata.

Convenção com essa Organização Mundial do Trabalho, um milhão de pessoas são traficadas no mundo anualmente com sentido a exploração sexual, sendo 98% mulheres. Essa tipo desde tráfico movimenta a US\$ 32 bilhões ao ano e é assinalado como um dos mais lucrativos do planeta, conforme a direção de Secretaria Vernáculo a Justiça. Trata-se de um grupo de traficantes, os marginalizados, os esquecidos do sistema econômico vigente. Não vimos uma presa (do Tráfico) entre a classe alta. A desigualdade socioeconômica e educativa é a raiz do problema. Observa-se que o Tráfico de Pessoas também abastece com destino a indústria sexual nacional, e em direção a própria indústria sexual que produz o Tráfico de Mulheres.

Outro fator necessário na direção de se pontuar é que na direção de pobreza cria o sustento ao tráfico. As população se tornam vulneráveis ao destino a qualquer tipo de proposta que sejam feitas na intenção de melhorarem de situação. Assim porque a pobreza, a falta de oportunidade de trabalho, a perspectivas de propagação acabam por impulsionar as vítimas em direção a rede de tráficos.

D’CUNHA J. **Trafficking in persons: a gender and rights perspective. Expert Group Meeting on Traffcking.** 2007.

CLIENTES da Prostituição podem vir a ser punidos. Gazeta LUSA.

2.5 EVOLUÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS NO COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS

A ratificação, ao longo do segmento dos Estados, desde os acordos, tratados e convenções internacionais fez com que estes países assumissem o compromisso de prometer aos seus povos com destino a proteção aos direitos humanos fundamentais neles consagrados, do meio de eles no sentido de honra da pessoa humana. As vítimas do tráfico mundial estão inseridas no contexto na medida as quais os instrumentos internacionais impõem responsabilidades aos países signatários no interior de sentido do que prometer reverência, proteção, adotar políticas com prevenção e punição aos seus autores.

Em primeira legislação cosmopolita que tratou do tráfico de pessoas foi ratificada em 1814 pela Inglaterra e França denominada Tratado de London, tinha uma vez o objetivo de proibir o tráfico dos negros para a escravidão. Posteriormente, tal tratado deu origem à Convenção firmada pela Sociedade das Nações, em 1926. Vinte e sete anos depois, para ONU elaborou uma Etiqueta do que Emenda à Convenção da Escravidão. Tal documento conceituava claramente o tráfico de escravos sendo “todo ato do que conquista, obtenção ou sessão de um sujeito para vendê-lo ou trocá-lo; todo ato de cessão ao longo da venda ou câmbio entre um servo, adquirido para vendê-lo ou trocá-lo e, em universal, todo ato do negócio desde o transportes dos escravos.

Já a escravidão foi definida no sentido de exigência com um sujeito, onde se exercia os direitos com propriedade. Com na direção de Convenção de Genebra, promulgada em 1956, também chamada com Convenção Suplementar em relação a direção de Extermínio da Escravidão, do Negócio entre Escravos e de Instituições a Práticas Similares à Escravidão, houve uma reafirmação das ideais anteriores e na direção de inclusão a novos princípios, no meio as práticas análogas à escravidão, servidão em dívidas, o casamento forçado entre uma mulher em troca de proveitos econômicos para seus pais.

Aliás, os estados foram obrigados a definir uma vez o transporte

de escravos de um país ao outro, com destino ao emprego onde eram aplicados castigos físicos e até mutilações no sentido de adotar medidas administrativas para prevenir o crime. Juntamente com o interesse de prevenir o tráfico de escravos, surgiu com destino a preocupação ao combate ao tráfico de mulheres brancas para a prostituição.

Com programa, firmou-se o Consonância Mundial para Supressão do Tráfico a Escravas Brancas, em 1904. Caso escacar daí foram assinados múltiplos restantes tratados, tais como, destino a Convenção Mundial para com destino a Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas; no sentido de Convenção Externo para Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças (Genebra, 1921); na direção de Convenção Cosmopolita para Repressão ao Tráfico de Mulheres (Genebra, 1933); o Normas a Emenda à Convenção Cosmopolita para direção a Repressão ao Tráfico de Mulheres e Crianças e à Convenção Externa para Repressão do Tráfico entre Mulheres (1947); e, em último, no sentido de Convenção a Repressão ao Tráfico com destino a prostituição(1949).

Nas críticas de Damásio,

“(...) os princípios consagrados nos instrumentos internacionais nem continuamente gozaram de plena posição com proteção. O primeiro documento externo em oposição ao tráfico (1904) mostrou-se ineficaz não mais que não fosse propriamente, mas também porque revela uma visão entre indumentária centrada na Europa. O segundo documento, de 1910, complementou o primeiro na medida onde incluía argumentos para punir os aliciadores, mas obteve unicamente 13 ratificações.

Os instrumentos seguintes, desde 1921 a 1933, foram elaborados dentro de contexto da Liga das Nações, eram abrangentes, mas definiam o tráfico livremente do consentimento da mulher. Esses quatro instrumentos foram consolidados pela Convenção de 1949, que permaneceu como único instrumento realmente revertido para o problema do tráfico de pessoas até para acolhida da Convenção de Palermo e a seus Protocolos.

Apesar dos pequenos resultados práticos conquistados naquela quadra, não se pode deixar de realçar o esforço da comunidade em prometer no sentido da efetivação dos direitos humanos fundamentais, particularmente com essa Anunciação Global dos Direitos do Homem em 1948, proclamada pela

ONU, logo em seguida para Segunda Guerra Mundial, vista uma vez que um movimento procura desde a recuperação da distinção humana, posteriormente os horrores cometidos pelo nazifascismo.

Com destino ao tributo dessa Convenção em 1904 deu ao tema a proteção inicial às mulheres europeias, particularmente ao levante proveniente da Europa. Não houve definição ao tráfico, unicamente o compromisso em adotar medidas administrativas para preveni-lo e reprimi-lo. A Convenção de 1910 estendeu com destino a proteção para incluir todas as mulheres, crianças e adolescentes. O tráfico e o favorecimento à prostituição foram definidos uma vez que o aliciamento, instigação e extravio, ainda que com ou sem o consentimento, com mulher casada ou menores, com destino a prostituição.

A criminalização, de mulheres ou adolescentes e crianças, só ocorreria se o tráfico fosse praticado uma vez que a fraude fosse mediante violências, ameaças, injúria com o uso do poder ou qualquer outro meio de constrangimento. A Convenção Cosmopolita para Repressão do Tráfico entre Mulheres e Crianças entre 1921 aumentou para maioridade 21 anos completos e reafirmou que o consentimento das mulheres casadas e progênie excluía com destino a tipificação do violação. Tal posicionamento foi desfigurado na Convenção de 1933 no sentido que definiu o delito de tráfico internacional de mulheres adultas e na direção de sua tipificação livremente do consentimento.

Em 1947 e 1948 foram promulgados os Protocolos de Emenda ao Negócio em 1904 e às Convenções de 1910, 1921 e 1933 que alterou os preceitos anteriores, mas exclusivamente reafirmaram tais ideologia. Vale ressaltar, que de forma jurídica com destino a moral e aos bons costumes violados pelo tirocínio ou exploração sexual.

Já para Convenção de 1949, ratificada através de 69 países, considerou que o tráfico de pessoas, em relação a exploração sexual, violava na direção de distinção da pessoa humana, ofendia o sujeito, em direção a família e para com a comunidade. O consentimento do período irrelevante para essa caracterização do delito. Num documento ficou previsto que todo Estado poderia

adotar medidas severas, assim desenvolver mecanismos com participação jurídica mundial no combate ao tráfico de pessoas.

Às vítimas eram dispensadas dos programas de prevenção, reeducação e readaptação, além de ajudar na sua repatriação. Os Estados Partes eram obrigados a reprimir o tráfico de mulheres e qualquer tipo de exploração sexual. Cabe ressaltar que para a Convenção de 1949 foi o contexto do pós-guerra, com a aparição da ONU e em direção a promulgação da Declaração Global dos Direitos do Homem (1948).

Inalterável com as previsões e avanços conquistados para a Convenção de 1949, para proteção no sentido de qualquer uma das vítimas, ela se mostrou ineficaz, pois os países signatários não se empenharam em adotar políticas que evitassem e suprimissem o tráfico ou qualquer tipo de exploração sexual a mulheres.

Damásio diz que na atenção para a indumentária que nenhum órgão independente foi talhado para vistoriar com destino a implementação das normas. Outrossim, tal documento foi elaborado em um contexto conservador que via com destino uma vez que a prostituição atentado à moral e aos bons costumes. Na direção da Convenção desenvolveu mecanismos no sentido de proibir e criminalizar os atos associados à prostituição, tratava a mulher como um ser vulnerável à “profissão”. Desta forma, ao contrário de protegê-la verdadeiramente e promover seus direitos, adotou uma política proibicionista que se mostrou ineficaz. Neste sentido de Convenção para Supressão do Tráfico de Mulheres (1949) e essa Convenção de Palermo (2000), para ONU se empenhou em numerosos encontros com o objetivo a debater o tema e encontrar soluções para reprimir o crime.

Em 1979 foi promulgada com destino a Convenção em relação a com destino a Eliminação com uma das formas de Discriminação em oposição e no sentido de Mulher. Em 1983, o Parecer Econômico e Público da ONU começou no sentido de exigir relatórios anuais, descrevendo quais iniciativas qualquer país desenvolveu dentro do combate ao tráfico.

Em 1992 é lançado pela ONU o Programa de Ação para Prevenção de Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil.

Em 1993, a Conferência Geral dos Direitos Humanos enfatizou com destino que valia a eliminação uma das formas de assédio sexual, exploração e tráfico de mulheres, desencadeando, em 1996, em cima do Programa de Ação da Percentagem dos Direitos Humanos na direção de Prevenção do Tráfico de Pessoas e no sentido de Exploração Sexual.

Com destino a procura através de uma definição do tráfico de pessoas foi alcançada em 1994 entre uma Solução da Tertúlia Universal da ONU que considerou o delito como:

movimento ilícito ou furtivo de população através das fronteiras nacionais e internacionais, em especial a países em desenvolvimento e dentre número reduzido de países com coisas em transição, com o intuito de forçar mulheres e crianças a exploração sexual e econômica, em favor a proxenetas, traficantes e organizações criminosas, assim uma vez que outras atividades ilícitas relacionadas com o tráfico de mulheres, tendo como exemplo, o trabalho doméstico forçado, os casamentos falsos, os empregos clandestinos e as ações fraudulentas.

Beijing foi palco da Quarta Conferência Global acerca da exploração contra a Mulher que lançou uma Plataforma de Ação estabelecendo metas para a garantia dos direitos das mulheres, no meio de elas, sobrepujamento da pobreza, aproximação à instrução e aos serviços médicos e para eliminação da violência contra a mulher. Para Quarta Conferência significou uma mudança de padrão em referência à Convenção de 1949, pois ampliou sua visão em relação ao crime, na medida os quais procurou lutar contra o tráfico de pessoas pelos seus reais motivos, quais sejam, desigualdade, discriminação, falta a entrada às fontes de sobrevivência e à justiça.

Desta forma, tal instrumento causou uma mobilização maior em segmento dos Estados Membros que elaboraram planos com ação e implementaram unidades de recepção e assistência às mulheres vítimas do tráfico. Em 1999, em direção a Câmara Universal da ONU criou enviados intergovernamental para com destino a geração a uma convenção externa que suprisse todo uma lacunas das anteriores e garantisse o efetivo combate ao tráfico mundial, diagnosticando seus motivos e combatê-los, assim uma vez que

oferecer proteção às vítimas. Desta forma, foi promulgada com destino a Convenção das Nações Unidas, onde o Lícito a ação Organizado Transnacional definida como:

“(...) documento normativo essencial que, no interior do projeto mundial, rege as ações legais e as políticas institucionais com combate ao organizado praticados na aglomeração dos países celebrantes desse Tratado Cosmopolita. Na verdade, é essa Convenção dentre Palermo que contém os postulados básicos, as regras fundamentais que inspiram e orientam no sentido de elaboração dentre leis e no sentido de formulação dentre políticas desde prevenção e repressão organizado, adotados pelos 147 países que no sentido de subscreveram, sob em direção a égide das Nações Unidas”

Junto do similar período (2000) foram abertos para assinatura, na cidade de Palermo, Itália, o cerimonial para prevenir, suprimir e punir o tráfico entre as nações, principalmente mulheres e crianças e o normas em combate a o contrabando com migrantes entre terreno, mar e infinito. A cerimônia passou a ser necessária como referência no interior do combate ao tráfico de pessoas e a definiu uma vez como:

“o transporte, para transferência, o alojamento ou a proteção a pessoa, recorrendo à ameaça ou uso de força, ou com destino a outras formas do que filtração, ao rapto, à fraude, a ilusão, a afronta entre domínio ou à situação insegurança ou à entrega ou à ratificação com pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha domínio em relação ao sentido de outra para circunvalar a exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, na direção de servidão ou com destino a remoção de órgãos”.

Quando no sentido de escravo o jovem, ou mulher, menor de 18 anos, qualquer tipo de consentimento é considerado irrelevante para tipificação do violação. Ao passada que o consentimento a mulheres e homens adultos pode resultar na exclusão do crime. Essa exceção pode ocorrer quando comprovado o uso do prenúncio, coerção, fraude, doesto que domínio ou de situação de destrutibilidade, assim uma vez que com destino a oferta da vantagem para os aliciadores. O consentimento da pessoa foi intensamente discutido e, parecido assim, não conseguiu evitar que em direção a redação do ritual se tornasse ambígua. Isto se deve ao veste do que atender para interesses opostos, em um lado não fosse a intenção da Convenção a criminalizar o tirocínio

da prostituição em si, para erradicar no sentido de libertinagem. Desta forma, para constatar essa tipificação da transgressão deve ser analisado qualquer caso concreto e, na direção de comprovação da situação de insegurança, perceber que o consentimento da mulher se deu através do vício. Entretanto, tal parâmetro é dificilmente entendido pelos agentes responsáveis pelo combate ao tráfico.

São policiais, membros do Ministério Público e do judiciário despreparados, com uma visão preconceituosa em cima de que as raças traficadas e acabam em incluí-las em outra circunstância, relativo à transmigração proibido que trata o migrante uma vez que criminoso. A Convenção de Palermo representa um terceiro tempo sobre tratamento jurídico oferecido ao tráfico. As Convenções anteriores protegeram primeiramente as mulheres brancas, depois mulheres e crianças incluindo, os homens. Embora em menor número, no sentido da prostituição masculina também vem aumentando. Outra mudança importante foi o tratamento oferecido às vítimas que antes eram vistas como criminosas e devem ser tratadas uma vez que sofreram abusos. Conseqüentemente, os estados devem produzir mecanismos com assistência e denúncia.

Em atenção à preocupação da Convenção Interamericana a respeito do Tráfico Externo de Menores, a formalidade de Palermo ampliou com destino o alvo do tráfico. Em direção a Convenção de 1949 buscou reprimir o tráfico para circundar a prostituição. Já o ato de prevenir o tráfico é talhado no sentido que qualquer tipo de exploração, seja ela sexual, trabalho forçado ou remoção de órgãos. Tal enumeração não é taxativa.

Cabe primar que foi utilizado o termo genérico exploração sexual, englobando excursionismo sexual, prostituição infantil, pornografia infantil, relação forçada, escravidão sexual, casamento arranjado.

2.6 SITUAÇÃO NO BRASIL

Estudos em relação ao tema apontam que, além da inserção feminina, no sentido da masculina sobre mercado sexual. Também foi evidenciado o aumento da inserção nessas atividades, de mulheres, crianças e adolescentes de classe média. Existem variações na faixa etária das crianças e adolescentes, porém, destaca-se no sentido de idade entre 12 e 18 anos. Com destino a aglomeração é afro-progénito e migra internamente ou para fora do país.

Mais estudos apontam que, usualmente essas mulheres, crianças e adolescentes já sofreram qualquer tipo de violência intrafamiliar (afronta sexual, abuso, sedução, negligência, desleixo, maus tratos, violência física e psicológica) e extrafamiliar (na rua, nas escolas, nos abrigos e etc). O invasor frequentemente é do sexo masculino, embora existam casos envolvendo mulheres, homossexuais e adolescentes. No meio dos crimes sexuais praticados em oposição as mulheres, destacam-se o estupro, o atentado violento ao pudor, essa sedução e no sentido de mediação para lascívia.

Dados do parecer de Vernáculo dos Direitos da Mulher, relativos ao ano de 1999 e divulgados, demonstram que nas delegacias de mulheres, dentre todo o país, foram registradas 411.216 agressões. Usualmente, estas mulheres são oriundas com origens humildes, apresentam baixa escolaridade, habitam em espaços urbanos periféricos com carência de saneamento, transporte (do meio de restantes recursos sociais comunitários), têm filhos e exercem atividades laborais com baixa exigência.

No Brasil , o tráfico sexual é, majoritariamente, a mulheres e garotas negras e morenas, com idade entre 15 e 27 anos.

2.7 REDES DE FAVORECIMENTO

No mundo existem diversas redes de prostituição ligadas ao tráfico pessoas. Essas redes confundem-se com diversas empresas que apresentam e mantêm uma fronteira, mas que na realidade estão envolvidas com o mundo organizado. Conforme trabalho realizado pela Organização Universal do Trabalho – OIT, apresentam um estudo acima das empresas que escondem o verdadeiro ramo do trabalho:

ENTRETENIMENTO: Os prostíbulos, agências, acompanhantes, casas de massagem, danceterias, boates, bares, restaurantes, lanchonetes, motéis e praia.

MODA: agências de modelos.

AGÊNCIAS DE EMPREGO: para empregadas domésticas, babás, acompanhantes de viagens, dançarinas, atrizes e cantoras.

VÍDEO: produtoras de vídeos pornográficos.

TELESSEXO: serviço de sexo “virtual”.

AGÊNCIAS DE CASAMENTO: Casamento planejado.

TURISMO: agências de viagens, hotéis, spas/resorts, empresas com táxi.

Além do crime organizado ter profunda ligação com as agências que trabalham com o tráfico de pessoas, há pessoas que procuram essas agências para obter diretamente as vítimas do tráfico de pessoas, nesse mesmo sentido envolve também as vítimas do turismo sexual, a prostituição (LEAL; 2007).

De acordo com o trabalho realizado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, (OIT, 2006):

Os casamentos agenciados e o turismo sexual com frequência estão interligados. Em alguns países, traficantes casam-se com prostitutas apenas com o objetivo de facilitar o aliciamento e fazer o transporte da vítima para outro país com total segurança.

De uma forma ou de outra sempre o crime organizado vai encontrar uma tipo de recrutar e favorecer pessoas para o tráfico de seres

humanos. Os meios e formas utilizadas são diversos. Conforme a “Pesquisa sobre Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para circular de Exploração Sexual Comercial – PESTRAF”, traz um perfil das redes de favorecimento que envolve o tráfico de pessoas.

As redes de favorecimento do tráfico para circular de exploração sexual comercial organizam-se como uma teia de atores que desempenham diferentes funções (aliciadores, proprietários, empregados e outros tipos de intermediários), com o objetivo de explorar para obter algum bem material ou lucro.

O crime organizado de drogas e armas, está fortemente ligado ao tráfico de pessoas. São redes bem estruturadas, organizadas fisicamente, com distribuição de tarefas, que são desempenhadas por pessoas em todo o mundo, vão desde os aliciadores nos países de origem, passando por intermediadores em aeroportos, rodovias, até chegarem ao país de origem, e caírem na mão do comprador, explorador ou revendedor.

Devido o esquema, a descoberta demora acontecer, porque as investigações passam por muitos países sendo necessário contar com ajuda da polícia governamental internacional.

2.8 PERFIL DAS VÍTIMAS

2.8.1 Crianças e Adolescentes

O tráfico de pessoas hoje, abrange jovens, adolescentes, crianças e até bebês. Por envolver pessoas inocentes, torna o crime ainda mais terrível, devido a sua finalidade comercial, sexual, para adoção, ou cada uma de essas forma juntas.

Segundo ensina Simões (2002):

A vulnerabilidade também atinge crianças e adolescentes. Não obstante as semelhanças, mulheres e crianças merecem ser sujeitos de programas e iniciativas diferenciadas, segundo suas características e necessidades. Por conseguinte, mulheres, jovens e crianças tornaram-se mercadorias nas mãos das redes de traficantes.

Sendo assim, a criação de programas por parte dos governos como uma tipo de proteger e ajudar as vítimas, são necessários. Com isso evitaria que grupos organizados atuam no tráfico dessas pessoas. A forma mais viável é atuar na prevenção, com programas realizados dentro de escolas, nas comunidades, aeroportos de circulação internacional nas grandes cidades.

Desta forma Martinez, entende que (2008):

[...] as crianças traficadas são geralmente destinadas ao trabalho forçado. Elas são confinadas e mantidas isoladas do mundo externo. Assim, ocorre um bloqueio de informação. Sem nenhuma tipo de contato externo, essas crianças são escravizadas e muitas delas sofrem abuso sexual.

O trabalho infantil é mais barato e com isso crianças e adolescentes são forçados há trabalhar muitas horas por dia e além do trabalho escravo são abusadas sexualmente com frequência. Essas vítimas sofrem com a violência psicológica, do que com a dor física, as marcas que ficam no corpo, não doem fica só a lembrança de ser explorado, violentado na sua dignidade sexual (PRIMER; 2008).

“O tráfico fornece seres humanos para os diferentes propósitos, tais como a exploração do trabalho, a retirada de órgãos e a colocação em lar substituto.”(BRASIL; 2006).

O tráfico de pessoas quando tem o objetivo de adoção ilegal de crianças recém nascidas, retira delas a sua verdadeira identidade. Muitos são vendidos pelos próprios pais que diante de uma situação difícil de pobreza, miséria, acaba que por enxergar em lares estranhos um futuro melhor para seus filhos, sem conhecer que na verdade aquela criança vai ser explorada sexualmente por pedófilos que são fascinados por crianças, ou famílias com condições de adotar de forma correta uma criança, mas preferem o submundo do crime, pois não querem passar por processos de adoção.

“A exploração da prostituição de crianças e adolescentes está prevista como crime no art. 218-B do CP (revogando o art. 244-A do ECA).”

MARTINEZ, Fabrina. **Thais de que deficiência na legislação dificultam combate ao abuso e exploração sexual**. 2008
PRIMER CONGRESO DE TRATA Y TRAFICO DE PERSONAS. Fac. **Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Argentina**. 4-5-6 de junio de 2008.
CASTILHO, E. W V. **Tráfico de Pessoas: da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo**.2005.

Algumas crianças e adolescentes vítimas do tráfico, são usadas no comércio ilegal de órgãos. O tráfico de crianças no Brasil confunde-se muito com adoção internacional de forma ilegal.

Muitas famílias preferem adotar uma criança no submundo do crime, ao invés daqueles milhares que enchem orfanatos por todo o mundo. Pode ser tornar prático adotar uma criança, ou adquirir uma criança dessa forma, porque assim tem-se a oportunidade de escolher características, como cor, etnia, por exemplo.

2.8.1 Mulheres e Homens

Infelizmente as mulheres estão no alvo do tráfico de pessoas, vários fatores contribuem para essa estatística que a cada dia se confirma, como baixa escolaridade, por já terem envolvimento na prostituição, muitas são vítimas de maus tratos ou abuso sexual dentro de todos esses fatos contribuem para essa realidade.

“A maior vulnerabilidade das mulheres acaba sendo condição e causa primordial da exploração.”

Mesmo diante do atual cenário das mulheres na sociedade, que superaram diversos obstáculos, na busca de igualdade em relação aos homens, ainda continuam sendo as principais vítimas.

“As mulheres e as crianças compõem os grupos sociais mais fragilizados e vulneráveis a todo tipo de exploração. Sofrem as mazelas da violência doméstica e da exploração do trabalho não-remunerado.”

Devido à condição de vida de muitas mulheres que já estão no mundo das drogas, bebidas e da prostituição. Outras mulheres que sofrem com violência física, sexual dentro de casa também estão entres os alvos do tráfico de pessoas. Esses e outros fatores são decisivos para que essas pessoas se tornem vulneráveis ao tráfico de pessoas ou outras formas de exploração sexual.

Segundo explica Martinez:

As mulheres traficadas, geralmente, foram iludidas com a promessa de oportunidade de emprego, entraram nos países receptores de forma ilegal ou seus vistos invalidaram-se, tornando-se, assim, vítimas para o tráfico. Uma vez vítimas, elas têm seus documentos apreendidos e transformam-se em prisioneiros dos traficantes, sendo, muitas vezes, tratadas como mercadorias.

A esperança de criar sonhos, e buscar por uma vida melhor para a família, para os filhos, tem sido um caminho traiçoeiro para várias mulheres.

Segundo o estudo feito pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas (UNODC) com o Ministério da Justiça, com o título “Conheça o perfil do Tráfico de Seres Humanos no Brasil”, traz um perfil das vítimas do tráfico internacional de pessoas (ONU; 2000).

O baixo nível de escolaridade das vítimas influi na decisão das vítimas, pois muitas são aliciadas por falsas promessas de emprego e de melhoria nas condições de vida. Entretanto, parte das vítimas é formada por profissionais do sexo que entram em contato com as redes de tráfico por meio dessa atividade.

Vários fatores contribuem para que as vítimas sejam aliciadas pelo crime organizado do tráfico internacional de pessoas, fatores que indicam ser a pessoa uma futura vítima.

Conforme D’Cunha:

As mulheres que entram em países de forma ilegal, ou ultrapassam o período estipulado em seus vistos, são particularmente vulneráveis à exploração. O padrão é idêntico em muitos países: mulheres jovens que procuram trabalhos legítimos são ludibriadas por agentes especializados em tráfico de pessoas.

Ao chegar ao país, às vítimas percebem que tudo o que foi prometido, que ficou estabelecido num possível contrato de trabalho, na verdade não existe, o sonho e a realidade se tornam inimigos, e a busca por uma solução, por ajuda passam a ser o único objetivo. Conforme trabalho realizado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, uma parte dessas vítimas é completamente enganada, embarcando com a crença de que encontrará

MARTINEZ, Fabrina. **Thais de que deficiência na legislação dificultam combate ao abuso e exploração sexual**. 2008.

D’CUNHA J. **Trafficking in persons: a gender and rights perspective. Expert Group Meeting on Traffcking**. 2007

trabalho digno e com boa remuneração. Já outra parcela tem consciência de que foi arregimentada para a indústria do sexo ou para algum tipo de trabalho braçal. Estas vão descobrir ao chegar que as condições de trabalho, o pagamento e o grau de liberdade pessoal não são os mesmos que haviam sido combinados.

“As mulheres, em geral, têm baixo grau de escolarização e passam por dificuldades de ordem financeira.”

A baixa instrução, falta de conhecimento e uma situação financeira fragilizada, contribui para uma abordagem maior por parte dos aliciadores e o entusiasmo de uma vida melhor, influência na hora de tomar uma decisão e cair na mão dessas quadrilhas especializadas.

“Mas há relatos de mulheres com perfis completamente diferentes: mulheres com formação em nível médio para cima, com trajetória de emprego anterior e, muitas vezes, com expectativa de retorno breve ao Brasil, acabando nas mãos de quadrilhas internacionais.”

Diante desses relatos, é fácil perceber que não tem um alvo certo e determinado, algumas vítimas têm certo conhecimento sócio comunitários, são alfabetizadas, e mesmo assim estão no alvo do tráfico de pessoas, algumas buscam melhores condições de vida nesse caminho árduo e difícil.

Fox conclui que:

Em resumo, há dois perfis de mulheres traficadas: o da mulher que viaja a procura de um emprego com bom salário, mas que na verdade é enganada, pois o objetivo atual da viagem é a exploração; e o da mulher que já estava inserida na prostituição antes mesmo de fazer a viagem ao externo.

É preciso levar em consideração que o fato da mulher já exercer a prostituição no seu país, e o anseio de procurar em países desenvolvidos melhores condições de vida, enxergando grandes oportunidades, isso não diminui a gravidade do fato, uma vez, que essas mulheres percebem que estão sendo sexualmente escravizadas.

MARTINEZ, Fabrina. **Thais de que deficiência na legislação dificultam combate ao abuso e exploração sexual**. 2008.

ROSÁRIO, Maria do. **Relatório da CPMI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, síntese**. Câmara dos Deputados. Brasília: 2005.

FOX, J; SANDLER, S. **Bringing Religion into International Relations**, Londres: Palgrave Macmillan, 2004.

Segundo Ditmoreen,

As vítimas são obrigadas a permanecer em casas de massagem, áreas de construções, bordéis e falsos hotéis. Muitas delas sofrem ameaças a sua pessoa ou a de seus familiares, ou são submetidas a condições deploráveis de vida, ou mesmo a locais de trabalho perigosos.

O ato de atentar contra a dignidade da pessoa humana é muito maior quando a vítima está fora do “seu lar”. A inserção num meio completamente diferente como, bordéis, cria dificuldades que antes eram desconhecidas, a falta de informação sobre seus direitos, a falta de contato, ou até mesmo podendo procurar por ajuda, não procuram porque temem represálias, e temem também que seus familiares sofram algum ataque.

Além dos diversos danos sofridos pelas vítimas, é possível estabelecer outros que marcam a vida dessas pessoas para sempre, como danos individuais e danos sociais. Os danos individuais podem ser classificados como danos psicológicos, físicos e econômico, já os danos sociais são identificados também no sentido econômico, devido à exclusão de serviços educacionais, baixa escolaridade, falta de qualificação profissional, exclusão do vínculo familiar, com amigos, familiares.

Apesar de alvo importante no tráfico de pessoas serem mulheres, em exclusive jovens e adolescentes, já é sabido que homens estão sendo vítimas. Os dados sobre o assunto ainda são insuficientes, mas sabe-se que alguns meninos, jovens ou adolescentes que buscam melhores condições de vida estão entrando no mundo do tráfico de pessoas.

“Pode ser sujeito passivo, portanto, também o homem, sobretudo os travestis, que vivam do meretrício masculino.”

Hoje já se enquadra como sendo sujeito passivo do tipo do art. 231 do Código Penal, homens, como travestis. Não somente homens que vivem na prostituição são vítimas, mas também aqueles que são iludidos pelo crime organizado no tráfico de pessoas, e se tornam alvos fáceis (OLIVEIRA; 2007).

DITMOREEN, M. e W., Marian. **The negotiations on the UN Protocol on Trafficking in Persons Moving the focus from morality to actual conditions**. NEMESIS nr. 4, 2003.
MARTINEZ, Fabrina. **Thais de que deficiência na legislação dificultam combate ao abuso e exploração sexual**. 2008.

Uma notícia divulgada na web website da Revista Abril, em 31 de agosto de 2010, sobre o tráfico internacional de homens brasileiros enviados para a Espanha e a própria polícia espanhola descobriu e desarticulou essa rede especializada.

A Polícia Nacional da Espanha anunciou nesta terça-feira (31) a prisão de 14 pessoas envolvidas em uma rede que explorava sexualmente homens brasileiros. O grupo atraía pessoas com passagens de avião e promessas de trabalho na Europa. As informações são da "BBC Brasil".

Ao chegar à Espanha, os homens eram obrigados a se prostituir para pagar dívidas que chegavam a 4 mil cash (cerca de R\$ 8,9 mil). Eles ficavam em diferentes casas de encontro em todo o país e precisavam estar disponíveis para programas 24 horas por dia. Para atrair clientes, as fotos dos brasileiros foram publicadas em anúncios de revistas e em websites, anunciando os seus serviços. Segundo a polícia, os homens recebiam da rede de prostituição medicamentos como a cocaína e outras drogas, eles eram obrigados a devolver ao grupo 50% do que recebiam pelos programas e pagavam pelo alojamento e pela alimentação.

De acordo com autoridades, os homens que se recusavam a cumprir ordens ou causavam algum tipo de problema sofriam ameaças de morte. A polícia espanhola ainda não divulgou o balanço com o número de homens explorados pela rede, mas 17 deles foram detidos sob a acusação de estarem ilegalmente no país.

Como na maioria dos casos as vítimas do tráfico de pessoas são obrigadas a se prostituir porque contraíram dívidas altíssimas e intermináveis com grupos que prometiam emprego e melhores condições de vida. Nesse caso noticiado o alvo era prostituição de homens, que eram obrigados a trabalhar vendendo o próprio corpo 24 (vinte e quatro) horas por dia, em situações humilhantes sob pressão e ameaça de morte. venderem seus corpos. Além de serem ameaçadas por parte dos traficantes, seus familiares também são.

As mulheres traficadas são encaminhadas para os países desenvolvidos, sendo que os países subdesenvolvidos são os responsáveis pela maioria das mulheres traficadas no mundo.

Atualmente existem mais de 30 rotas de tráfico de seres humanos, sendo que, estas rotas mudam de acordo com as rotas da imigração. O tráfico de mulheres cresceu muito nos últimos anos, pois é um crime que necessita de pouco investimento, mas que movimenta milhões de dólares.

2.9 DISTRIBUIÇÕES DAS ROTAS INTERNACIONAIS TENDO COMO ORIGEM PESSOAS TRAFICADAS DA REGIÃO SUDESTE

As rotas, ou seja, os caminhos do tráfico de pessoas existem em cada uma de as regiões do Brasil, algumas rodovias são principais, em exclusive aquelas que são divisas com outros países como Paraguai, Bolívia e Colômbia, quando esses países não são o de destino são intermediários .

O que faz dessas rodovias um tunel de fácil acesso não só do tráfico de pessoas, é a pouca fiscalização ou porque fazem parte do esquema policiais corruptos que aceitam propina em troca de deixam o caminho livre facilitando o acesso.

No trabalho realizado pela PESTRAF foi especificado o número do tráfico de pessoas em todo o Brasil, abrangendo cada uma de as regiões, no presente trabalho buscou-se enfatizar apenas a rota do tráfico na região sudeste.

Essa pesquisa revela um avanço para o Brasil em relação à região sudeste do país, pois sabendo o destino de origem é possível concentrar esforços no combate ao tráfico de pessoas.

A Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para circular de Exploração Sexual Comercial no Brasil - PESTRAF traz um quadro referente às pessoas traficadas da região sudeste que seguem para diversos países de acordo com o relatório.

Região Sudeste, é uma das 28 rotas identificadas, transitam tráfico de mulheres e adolescentes, não havendo a identificação do tráfico de crianças. Seguindo o fluxo internacional, em ordem decrescente e a partir dos Estados de origem, aponta-se as seguintes rotas:

- a) do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais para a Espanha;
- b) do Rio de Janeiro e Minas Gerais para os Estados Unidos;
- c) do Rio de Janeiro e São Paulo com destino a, Suíça, Israel e Holanda;
- d) do Rio de Janeiro e São Paulo para a Alemanha, Itália, Japão e Paraguai.

2.10 O TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOA PERANTE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A Declaração Global dos Direitos do Homem no artigo IV dispõe que "ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em cada uma de as suas formas.

Desta forma é evidente que como esclarece a Declaração Global dos Direitos do Homem, nenhum ser humano pode ser submetido a tratamento de escravidão ou tráfico de pessoas em cada uma de as suas formas, ou seja, enquadra-se toda e qualquer tipo de exploração, seja ela sexual, de trabalho forçado em situações degradantes, de humilhação sem respeito algum ao próximo.

"Assim, para definir a dignidade é preciso levar em conta cada uma de as violações que foram praticadas, para, contra elas, lutar."

Deste pensamento é possível concluir que, diante de tantas atrocidades sofridas pela humanidade ao longo de décadas, não é admissível que a dor faça uma nação fracassar e desistir.

Conforme Almeida, o princípio essencial consagrado pela constituição da dignidade da pessoa humana apresenta-se em uma dupla concepção. Primeiramente, prevê um direito protetivo, seja em relação ao próprio Estado, seja em relação aos demais indivíduos.

Em segundo destino de acordo com Aristóteles, estabelece verdadeiro dever essencial de tratamento igualitário dos próprios semelhantes. Desta forma conforme bem explica Alexandre de Moraes, o princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado na magna carta, expressa uma exigência feita a todos, no sentido de que o indivíduo deve respeitar o seu semelhante, no sentido de não prejudicar ninguém.

O princípio da dignidade da pessoa humana está consagrado em nosso ordenamento como princípio norteador em diversas situações.

Conforme Piovesan, enfatiza a dignidade da pessoa humana no seguinte contexto, “o homem existe como fim em si mesmo, e não como meio, não podendo jamais ser tratado como objeto para o uso arbitrário da vontade alheia, exatamente porque é pessoa e tem dignidade.”

Apesar de ser um princípio que norteia o ordenamento e a vida em sociedade nas diversas situações, a realidade é bem diferente diante dos fatos, de todos os acontecimentos que rodeiam o tráfico de pessoas.

É inaceitável que nos dias atuais, pessoas inocentes sejam ofendidas em sua dignidade, sofrendo as diversas humilhações, torturas, ofendendo diversos direitos consagrados e garantidos na Constituição, como a vida e a liberdade.

2.11 TRATADOS INTERNACIONAIS E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA FRENTE AO TRÁFICO DE PESSOAS

Na procura em combater o tráfico de pessoas ou outra tipo de exploração o Brasil tem ratificado diversos tratados, sendo importante o Protocolo de Palermo, promulgado pelo Decreto n.º 5.017, de 12 de março de 2004.

“A partir de circular do século passado, verificou-se a necessidade de se coibir o tráfico de mulheres, levadas de país a país para o exercício de prostituição”.

Alguns instrumentos legislativos assinado pelo Brasil na

tentativa de combater o tráfico de pessoas, ou qualquer outra tipo de exploração de seres humanos, sendo alguns citados abaixo.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica – Decreto nº 678 de 6 de novembro de 1992; Protocolo exclusivo relativo à venda ou tráfico de crianças, prostituição infantil e à pornografia infantil, ratificado pelo decreto nº 5.007 em 08 de março de 2004; Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Organização Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Mulheres e Crianças – Decreto nº 5.017 de 12 de março de 2004; Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Decreto nº 5.948 de 26 de outubro de 2006; Alteração do “nomen juris” de Tráfico de Mulheres para Tráfico de Internacional de Pessoas – Lei 11.106 de 28 de março de 2005; Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Decreto nº 6.347 de 8 de janeiro de 2008; Cada uma de essas alterações e inclusões no ordenamento brasileiro servem para melhor proteger as vítimas.

2.12 MODALIDADES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

O Protocolo de Palermo trouxe a definição de exploração, apresentada no artigo 3º, “a”, como sendo: “no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares a escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos”.

Desta forma a processo do conceito de exploração sexual de pessoas é crime, devendo ser observado o Protocolo de Palermo ratificado pelo Decreto n.º 5.017, de 12 de março de 2004.

Esse conceito abrange várias formas de exploração sexual, não enquadrando somente a prostituição, ou práticas que envolvam atos de natureza sexual, mas também o trabalho forçado de pessoas, em situação de servidão, sujeição de pessoas em situações humilhantes. Enquadra-se também práticas como a remoção e venda de órgãos.

Diante da extensão do quadro de exploração sexual e outras formas de violências contra seres humanos, que são submetidas há diversas situações, violações de direitos, retirando desses a possibilidade de sonharem com melhores condições de vida.

2.13 TRÁFICO DE MULHERES E POLÍTICAS DE INTENÇÃO OU INTENÇÕES POLÍTICAS

O tráfico internacional de mulheres para round de exploração sexual passou a ser considerado um problema internacional desde o fim do século dezenove, através do início da migração de mulheres para o comércio do sexo no cenário internacional. Surgiu através de um movimento na Europa conhecido como —tráfico de escravas brancas, que ocorreu devido à saída de mulheres europeias (maioria de origem judia), para o chamado Novo Mundo (GROSSI; 1998).

Por se tratar de tráfico internacional, possui como fator relevante e diferencial explorar e comercializar o corpo, neste caso, feminino, para o sexo através das fronteiras. Hoje em dia, com o avanço da globalização, agravado pelo aumento das desigualdades sociais e pela fragilização dos Estados Nações, o Tráfico de Mulheres para Fins de Exploração Sexual é considerado a terceira atividade econômica ilícita de maior rentabilidade no mundo, perdendo apenas para o tráfico de drogas e armas (LEAL; 2003).

Fato que expressa que o imaginário permite a compra e venda do corpo humano para diversos round. De acordo com Kampadoo (2005), a indústria internacional do sexo leva a exploração sexual do corpo feminino sob tipo de trabalho escravo, violando direitos e a integridade corporal da mulher, podendo criar uma tipo de, escravidão sexual feminina.

A mulher se torna reconhecida como mercadoria, passando então, a ser, comercializada por valores entre US\$ 100 ate US\$1.600. É vital ressaltar que, neste caso, não se trata de prostituição, mas sim, da exploração do corpo feminino para o mercado internacional do sexo.

Termo utilizado na primeira convenção internacional a respeito do caso. Foi esta a Convenção Internacional para Repressão ao Tráfico de Escravas Brancas, 1910. Dados da Organização Internacional de Migrações- (OIM).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho -OIT, cerca de 4 (quatro) milhões de pessoas são traficadas anualmente no mundo e aproximadamente 700.000 mulheres e crianças ultrapassam as fronteiras internacionais anualmente como vítimas do tráfico para exploração sexual.

Isto acarreta em importantes consequências na estrutura econômica, tanto por parte dos países que exportam, quanto dos que recebem estas mulheres, podendo gerar uma receita de até US\$ 32 bilhões em todo o mundo, anualmente. De acordo com dados da Fundação Internacional Helsinque de Direitos Humanos da ONU, o Brasil detém o título de maior exportador de mulheres para round de exploração sexual comercial da América do Sul. Do Brasil, o número de mulheres exploradas sexualmente na União Européia, chega a aproximadamente 75 mil ou 15% completo segundo dados da Polícia Portuguesa, a cada dez prostitutas, nove são brasileiras.

Diante a realidade do quadro, este capítulo avalia as políticas públicas que estão sendo instituídas voltadas ao enfrentamento ao tráfico para round de exploração sexual no Brasil e a importância das Convenções e Tratados Internacionais para sua efetividade.

2.14 TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

As convenções ocorridas no século dezanove foram de extrema importância para a construção de uma perspectiva criminal e de uma preocupação internacional a respeito deste problema. Em 2004, o Brasil ratificou por meio do Decreto n 5.017, o Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, referente ao Tráfico de Pessoas. Todos os países que ratificaram o Protocolo assumiram o compromisso de cumprir as metas para prevenção e enfrentamento contidas nele, que estabeleceu uma série de conceitos adotados pela comunidade internacional.

O termo tráfico de pessoas se refere às três formas de tráfico: para round de exploração sexual, round de trabalho escravo e round de adoção.

2.15 DADOS DA FUNDAÇÃO HELSINQUE DE DIREITOS HUMANOS

A primeira manifestação criminal a respeito do tema foi o chamado Acordo Internacional para a Repressão ao Tráfico de Mulheres

Branças. Ocorreu no ano de 1904, e poucos anos depois deu origem a Convenção Internacional para a Repressão ao Tráfico de Mulheres Brancas, que teve como objetivo construir uma política que combatesse os fluxos migratórios de mulheres voltadas à prostituição.

Em 1921, ocorre em Genebra, a Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças. Esta, por sua vez, incluiu a definição de Tráfico de Crianças e alterou a maioria de 20 para 21 anos. Também possuiu uma preocupação maior em relação à conotação nacional, buscando contemplar a cada uma de as mulheres, e não somente, as mulheres brancas.

Em 1933 ocorre a Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Mulheres Maiores. Nesta, se obteve uma grandes vitória, através do Consoante,

Art. 1: Quem quer que, para satisfazer às paixões de outrem, tenha aliciado, atraído ou desencaminhado, ainda que com seu consentimento, uma mulher ou solteira maior, com round de libertinagem em outro país, deve ser punido. Ou seja, o aliciamento e aliciador passaram a ser condenados.

A exploração da prostituição veio a se tornar um crime a partir da Convenção Internacional para Supressão do Tráfico de pessoas e do Lenocínio, ocorrida em 1949. Nesta, como pode se perceber, a preocupação se volta para o —Tráfico de Pessoas, independente do sexo e da idade, e não somente —Tráfico de Mulheres. Os Estados que fizeram parte da Convenção, se comprometeram a reeducarem e ressocializarem as vítimas da prostituição e criarem medidas através de seus serviços públicos, a fim de impedir que este tipo de problema continuasse acontecendo.

2.16 CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO INTERNACIONAL (CONVENÇÃO DE PALERMO)

A Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado internacional, a chamada Convenção de Palermo, juntamente com seus protocolos adicionais, ocorreu em março de 2000, embora o Protocolo se refira à prevenção, repressão e punição do tráfico, relacionado, principalmente, à mulheres e crianças, também está aberto a inclusão de outras categorias de pessoas, não se restringindo somente a exploração sexual feminina, mas a outras formas de exploração de trabalho, como o trabalho ou serviços forçados, a escravatura, ou práticas similares a escravatura, a servidão ou a extração de órgãos.

O fato de o Protocolo de Palermo não limitar a noção de exploração à exploração sexual e de não restringir a ideia de tráfico para round sexuais somente às mulheres, são os instrumentos que o diferenciam dos outros protocolos elaborados anteriormente, e aqui citados. A definição do Protocolo de Palermo sobre tráfico de pessoas é o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo a ameaça ou uso da força ou outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso, de autoridade ou a situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para round de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares 1ª escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos. Como essa pesquisa se atém ao conceito de tráfico para round de exploração sexual, estão sendo utilizadas somente definições e abordagens restritas ao universo do tráfico de mulheres.

Em 1996, foi encomendado um projeto de pesquisa mundial da ONU sobre a Violência contra as Mulheres, que passou a distinguir, conceitualmente, o tráfico da prostituição, de forma que definiu a prostituição como forma legítima de trabalho, e o comércio internacional do sexo foi definido como um destino, mas não o único, em que ocorre o tráfico, passou, então, a ser entendido em 1996, no nível das Nações Unidas não como escravização de mulheres, mas como comércio e exploração do trabalho em condições de coação e força.

A partir de 1996, no nível das Nações Unidas, o tráfico de mulheres passa a ser entendido como o comércio e a exploração do trabalho sexual em condições de coação e força. Assim, o tráfico para exploração sexual passa a ser considerado o recrutamento e transporte sob coação do comércio do sexo. É vital ressaltar que esta pesquisa tem por preocupação avaliar o atual quadro do tráfico de mulheres para round de exploração sexual, sem possuir nenhum tipo de discriminação em relação à prática da prostituição, mas sim, sobre a exploração da prostituição e a exploração sobre a venda do corpo feminino para o sexo além fronteiras (HEALY, et al; 2006).

No século vinte, ocorreu uma maior preocupação em modificar o conceito do tráfico de prostituição, para trabalho forçado e migração frequente, passou então, a ser utilizado o termo tráfico de pessoas para determinar a ocorrência de casos em que a vítima se encontre sob situação de trabalho forçado ou semelhante escravidão. Isto foi um reflexo da unificação das políticas globais em busca do controle da imigração e de combate as atividades criminosas internacionais. Com a globalização passou-se a ter como foco o combate ao crime organizado internacional e o controle ao aumento das migrações.

2.17 O PROTOCOLO DE PALERMO

O Brasil passou a utilizar esta definição para prevenir, reprimir e punir o tráfico de mulheres para round de exploração sexual em março de 2004, quando ratificou, por meio do Decreto n 5.017, o Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, se unindo às outras 125 nações integrantes da ONU que também ratificaram ao Protocolo. Com isso, o Brasil passou a assumir o compromisso de cumprir as metas para prevenir e enfrentar o tráfico de pessoas contidas no artigo 9 do Protocolo: Sugestão da ONU sobre a Violência Contra as Mulheres, para distinguir conceitualmente o tráfico de prostituição.

Sendo o trafico considerado como importância para determinar o tráfico de mulheres se numa situação a mulher ter como resultado do processo de imigração, ser vítima de trabalho forçado ou trabalho semelhante a escravidão.

“Artigo 9: Prevenção ao Tráfico de Pessoas os Estados Partes estabelecerão políticas abrangentes, programas e outras medidas para:

- a) Prevenir e combater o tráfico de pessoas; e
- b) Proteger as vítimas de tráfico de pessoas, especialmente as mulheres e as crianças, de nova vitimação.

Os Estados Partes envidarão esforços para tomarem medidas, tais como pesquisas, campanhas de informação e de difusão através dos órgãos de comunicação, bem como iniciativas sociais e econômicas de forma a prevenir o combater o tráfico de pessoas.

As políticas, programas e outras medidas estabelecidas em conformidade com o presente Artigo incluirão, se necessário, a cooperação com organizações não-governamentais, outras organizações relevantes e outros elementos da sociedade municipal.

Os Estados partes tomarão ou reforçaram as medidas, mediante cooperação bilateral ou multilateral, para reduzir os fatores como a pobreza, o subdesenvolvimento e a desigualdade de oportunidades que tornam as pessoas, especialmente as mulheres e as crianças, vulneráveis ao tráfico (SIMÕES; 2002).

Os Estados partes adotarão ou reforçarão as medidas legislativas ou outras, tais como medidas educacionais, sociais ou culturais, mediante a cooperação bilateral ou multilateral, a fim de desencorajar a procura que fomenta todo o tipo de exploração de pessoas, especialmente de mulheres e crianças, conducentes ao tráfico.

No que se refere à prevenção ao tráfico e cooperação entre Estados, o protocolo chama a atenção dos países para um aumento no investimento para melhoria dos fatores identificados como causadores do tráfico, são eles: o subdesenvolvimento, a desigualdade social e a pobreza.

O Protocolo também incentivou a formação de campanhas sociais, econômicas e ressalta a importância da troca de resultados de pesquisas e de informações entre países. Em relação à exploração sexual de crianças e adolescentes (menores de 18 anos de idade), o aliciamento se configura como tráfico, independente do consentimento da vítima. Já em relação a uma vítima

adulta, o documento considera que o consentimento da mesma pode ser irrelevante, se comprovar que não houve nenhuma tipo de ameaça, fraude ou outra tipo de coerção.

2.18 CRÍTICAS À LEGISLAÇÃO SOBRE O TRÁFICO DE SERES HUMANOS NO BRASIL

Atualmente, a mulher desempenha papel ativo em todos os ramos do mercado de trabalho e ocupa vital posição não só no âmbito social, como também econômico. Não obstante significativas evoluções, a mulher encontra-se, ainda, em situação de vulnerabilidade em relação a diversos aspectos, dentre eles o sexual, conforme Relatório sobre a “Situação da População Mundial em 2010” elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA – na qual indica que as mulheres são metade da população migrante em todo mundo e cerca de 70 mil brasileiras trabalham como profissionais do sexo em outros países.

Analisando sob a ótica mundial, diversas transformações apoiadas nos ideais iluministas, surgidos em meados do século XVIII, em conjunto com as mudanças nas esferas sociais e políticas culminaram com a promulgação da Declaração de Direitos de Virgínia, em 1776, e da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão em 1789.

No século XX tornou-se evidente a preocupação com a proteção dos direitos humanos em âmbito internacional, sendo apresentados documentos como a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, de 1948; a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1968; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, de 1979; a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, de 1984; a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher, de 1994; o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de cada uma de as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1999, entre outros. O artigo 1º da Declaração Worldwide dos Direitos Humanos afirma que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

Esse preceito está, por natureza, inseparavelmente ligado à

liberdade da pessoa humana. E, como defendia Rosseau “o homem nasce livre”, independente de sexo, raça, cor ou idade, ou seja, ele tem o poder de decidir sobre seus passos de forma livre e consciente.

Apesar da visível mudança de valores, tanto no âmbito interno quanto internacional, da criação de leis e documentos internacionais que pregam a igualdade e as Mulheres são vulneráveis à exploração sexual e ao trabalho forçado.

A dignidade da pessoa humana, a discriminação e o preconceito contra a mulher ainda existem e o tráfico de seres humanos adquire proporção espantosa.

2.19 FATORES INFLUENCIADORES DO TRÁFICO DE MULHERES PARA EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO SEXUAL

Pesquisas realizadas concluíram que a globalização estimula o tráfico e as trocas comerciais. As fronteiras livres e de fácil acesso são controladas com o uso da tecnologia e meios de comunicação, interconectando as redes de tráfico e comercialização do sexo às atividades criminosas. O mercado consumidor de serviços sexuais aumentou, tornando o sexo uma mercadoria valiosa, de alta rentabilidade e valorizada economicamente. As redes de favorecimento do tráfico para exploração sexual organizam-se de forma complexa de forma que cada sujeito desempenha funções específicas e distintas.

De acordo com Costa, os aliciadores, empregados e intermediários agem com o objetivo de explorar sexualmente e fomentar o comércio sexual. O lucro é o objetivo maior, pois para esses agentes o que importa a não se o que as “mercadorias” estão produzindo e o quanto cada uma delas vale economicamente. O tratamento dado a essas vítimas é o pior possível, os direitos fundamentais e humanos não são sequer lembrados. Outras formas de recrutamento relacionam-se diretamente com a presença de aliciadores em casas de prostituição, boates, hotéis e, sobretudo, para a exploração de meninas, bares e restaurantes de beira de estrada.

Em muitos casos, o aliciamento ocorre de boca em boca, por intermédio de mulheres que foram traficadas para trabalhar em boates e retornam com a incumbência de fornecer vítimas ao negócio. Em muitos casos,

os aliciadores procuram “consentimento” dos próprios familiares para o início da empreitada, sem revelar os muitos detalhes sórdidos e perigosos da oportunidade.

Os aliciadores organizam-se de forma a desempenhar e executar diferentes atividades e funções, com a finalidade de explorar sexualmente visando sempre o lucro. Essa rede de crime organizado se camufla sob nomes e fachadas de estabelecimentos comerciais voltadas para o turismo, moda, agências prestadoras de serviços e entretenimento. A própria natureza ilícita e clandestina do tráfico de mulheres garante aos aliciadores a censura e o silêncio. As vítimas evitam denunciar o abuso sofrido por medo e insegurança frente a possíveis represálias e até mesmo deportação, no caso do tráfico internacional.

A emigração não tem como única causa a pobreza absoluta, mas sim a desigualdade associada à falta de oportunidade. Segundo CNPD/2005, a maioria dos brasileiros que emigram é proveniente do sudeste do país, o que corrobora com essa ideia, pois o sudeste brasileiro não é uma região caracterizada por índices elevados de pobreza ou miséria, como por exemplo, o norte e nordeste brasileiro.

Conforme ordena os termos do artigo 7º, do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Mulheres e Crianças, fatores como a pobreza, o subdesenvolvimento e a desigualdade de oportunidades, que tornam as pessoas, principalmente as mulheres e crianças, vulneráveis ao tráfico, deverão ser observados pelos Estados no estabelecimento de políticas anti tráfico, ressaltando a importância da cooperação bilateral ou multilateral.

Os aliciadores do tráfico de mulheres geralmente se deslocam para países com sérias dificuldades sociais e acentuada pobreza, num contexto em que as vítimas são vulneráveis, vivendo em situações precárias, muitas vezes desempregadas ou trabalhando na informalidade; recebendo baixos salários; com filhos para sustentar, essas mulheres são facilmente ludibriadas com promessas de trabalho como modelos, dançarinas, garçonetes, babás e até com propostas de casamentos com homens dotados de riquezas.

2.20 A QUESTÃO DO CONSENTIMENTO DA VÍTIMA DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS

As raízes do problema encontram-se muito nas forças que permitem a existência da demanda pela exploração de seres humanos do que nas características das vítimas. Essa demanda vem de três diferentes grupos: os traficantes – que, como visto acima, são atraídos pela perspectiva de lucros milionários os empregadores inescrupulosos que querem tirar proveito de mão-de-obra aviltada e, por fim, os consumidores do trabalho produzido pelas vítimas.

As mulheres chefes de família se tornam presas fáceis para o mercado do crime e para as redes de exploração sexual tanto no contexto nacional como internacional. Recrutadas e aliciadas pelos exploradores, deixam-se enganar por falsas promessas de melhoria de condições de vida e submetem-se a uma ordem perversa de trabalho, impulsionadas não só pela necessidade, mas por desejos de consumo imputados pelos meios de comunicação e pela lógica consumista da sociedade. O aumento das restrições em relação às políticas de migração acaba por dificultar o ingresso de imigrantes em diversos países e facilitar o seu aliciamento que se agrava pela situação de ilegais no país estrangeiro e pelo não reconhecimento dos direitos e garantias básicas do ser humano.

É vital destacar, também, que a deficiência da legislação penal brasileira contribui de maneira incontestável para o aumento do tráfico de mulheres para round de exploração sexual. A lei penal continua a adotar critérios restritos na previsão de tal conduta, o que prejudica a aplicação da lei ao caso concreto e a consequente impunidade. Percebe-se, portanto, que uma das causas para o avanço do tráfico de seres humanos encontra-se na facilidade, pois é uma atividade de baixos riscos e lucros altíssimos, uma vez que as vítimas traficadas adentram os países com visto de turista e se escondem por trás de atividades legais, como trabalho de babás, dançarinas, secretárias, garçonetes, contando

com a atuação de agências especializadas em auxiliar a prostituição.

Diante desse quadro, os traficantes e aliciadores se veem dispostos a financiar tal prática, pois as leis são utilizadas esporadicamente e a pena culminada ao crime se mostra desproporcional em experiência da tamanha violação aos direitos humanos. As organizações responsáveis pelo controle, acompanhamento e planejamento de políticas, planos de enfrentamento, combate e prevenção se veem em dificuldade na visualização quantitativa e qualitativa do fenômeno, precário aparato de notificação de informações e da escassez de programas específicos de prevenção ao tráfico aplicando rigorosas punições aos traficantes e protegendo as vítimas, com o intuito de trabalharem como elas o reconhecimento e aceitação de si mesmo como ser portadoras de direitos e deveres e não “mercadorias”.

[...] É fato que as mulheres são submetidas a condições desumanas, mas o consentimento das vítimas gera uma situação delicada, em que o combate a esse delito torna-se difícil, não obstante as autoridades policiais terem a obrigação de investigar as redes de aliciamento, de transporte e de exploração, independentemente de anuência anterior por parte da vítima.

Além disso, o Governo brasileiro não preenche completamente os padrões mínimos para a prevenção e repressão do tráfico de seres humanos. Não obstante estar envidando alguns esforços há evidente restrição orçamentária e ausência de coordenação entre os níveis federal e estadual. Em nível regional, o combate é prejudicado pela corrupção. Por ser, o tráfico de pessoas, um fenômeno complexo, nota-se a sua ligação estreita com crime organizado associado muitas vezes à corrupção de instituições e corporações importantíssimas no combate e fiscalização a esse crime.

[...] A exploração sexual fornece sustentação logística e simbólica do agenciamento de mulheres e crianças para o tráfico. A exploração sexual oferece o ambiente propício para a inserção no mundo da ilegalidade, da falsificação de documentos, da corrupção de policiais e da sujeição de pessoas.

O turismo sexual parece ser comum nas cidades litorâneas – Rio de Janeiro e Vitória -, mas principalmente no Nordeste, a começar pela Bahia. No Norte existe uma vinculação de tráfico de mulheres com o de drogas, característica que pode ser repetir em outras regiões do Brasil.

Dessa forma, a corrupção das autoridades contribui com a facilidade do processo do tráfico de pessoas, uma vez que os próprios funcionários estão envolvidos nas redes do tráfico, seja na posição de ator major, seja na colaboração com os aliciadores, permitindo, assim, o livre ingresso das vítimas nas fronteiras dos estados e até mesmo países em troca de dinheiro e privilégios, gerando irregularidades de fiscalização, repressão e até mesmo prisão dos envolvidos no tráfico.

Nessa esteira, observa-se a visível intensidade do fenômeno, não só no âmbito internacional como nacional, estando tal delito ligado à vulnerabilidade dos direitos da mulher na atualidade, o que precisa ser urgentemente modificado. Essa moral não se impôs de imediato, mas foi-se construindo e enrijecendo de forma gradativa, reprimindo desde as relações sexuais fora do casamento ou sem round de procriação até os meros pensamentos ou desejos.

O Renascimento propiciou significativas mudanças sociais, mas a repressão nas questões sexuais continuava intensa, ainda influenciada pela Igreja. Para Von Liszt, a enorme extensão dos delitos contra a moralidade produziu um movimento de reação no curso do século XVIII, sob a influência do Iluminismo, representada por Voltaire, Hommel, Cella e Soden.

A reivindicação consistia em reduzir as penas, pois, segundo Von Liszt, “tais delitos não ofendem a ninguém nem põem o Estado em perigo”. Porém, foi somente a partir da década de 60 do século XX que o Ocidente enfrentou uma mudança brusca de paradigmas nesse campo. No Brasil, para analisar a influência da ética no direito penal sexual, deve-se partir do Livro V das Ordenações Filipinas, de 1603. Nessa norma, pautada na intimidação pelo crime e pecado se confundiam.

A moral sexual fomentada pela Igreja durante a Idade Média fica evidente nos títulos XIV a XXXIV das Ordenações. Alguns delitos eram discriminatórios, inquisitoriais, como o praticado pelo infiel que dormisse com alguma cristã, punido com a pena. Outros demonstravam complete invasão da esfera privada pelo Estado, como dormir consensualmente com mulher virgem

ou viúva honesta; dormir com mulher casada; e até mesmo o homem se vestir em trajes de mulher ou a mulher em trajes de homem.

Existiam também os crimes, como os praticados por aquele que dormisse por força com qualquer mulher, que corresponderia atualmente ao estupro. Essa legislação vigorou até 1830, com o advento do Código do Império, no qual o crime contra a segurança da honra cuidava da matéria.

No Código Republicano, de 1890, encontra-se a tutela desses delitos no título dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor. Pela denominação citada nos dois Códigos, verifica-se que o bem jurídico tutelado era a honra, que deve ser interpretada na concepção admitida pela ética vigente, buscando assegurar a honestidade das famílias no aspecto sexual.

A liberdade sexual era posta em segundo plano. A postura defendida por Chrysólito de Gusmão, no início do século XX, reflete a importância da moral sexual para a legislação brasileira da época.

O Código Penal de 1940, em sua versão exclusiva, tratava dos crimes contra as pessoas, impondo o que deveriam ser para a sociedade. Apenas em 2009 a denominação do referido título passou a crime contra a dignidade sexual.

Martines ao comentar os crimes previstos no Código de 1940, afirmava que o Estado não poderia ser indiferente à tutela da moralidade pública e dos bons costumes. Para esse autor, a defesa do direito penal se mostrava como “mínimo da ética sexual” exigido na vida em sociedade.

Em sentido contrário, se alega que mesmo a moral positiva sustentada por uma esmagadora maioria não está imune à crítica. Dentro de uma mesma sociedade os aspectos morais variam conforme a faixa etária, a opção religiosa, o histórico social.

Segundo, a objetividade jurídica desse Código não visava proteger a pessoa da mulher, mas sua virgindade, sua honestidade, seu estado municipal. Isso fica claro com as referências à mulher virgem, honesta, casada. No entendimento do autor, a tutela penal dirigia-se, na verdade, aos interesses masculinos (do marido ou do pai da vítima).

Como exemplo, pode-se citar alguns delitos na redação exclusiva do Código Penal de 1940. Para o estupro a pena era de 3 a 8 anos; para o atentado violento ao pudor, de 2 a 7 anos; para o tráfico de mulheres, a pena também era de 3 a 8 anos. Comparando estupro e atentado violento ao pudor, embora a violência possa ser considerada de mesma intensidade, apenas no caso do estupro ela poderia gerar uma gravidez indesejada, fora do casamento. Daí a pena ser maior.

Entre estupro e tráfico de mulheres, fica clara a prevalência da proteção aos direitos, já que o primeiro é cometido de forma violenta, e o último, na figura do caput, pode ser praticado com o consentimento da vítima. Doutrinadores contemporâneos tecem severas críticas a qualquer aspecto moralista ou religioso presente na legislação penal. O Brasil é um Estado laico, democrático e pluralista, portanto não pode admitir a tutela de bens jurídicos baseada exclusivamente na moral e nos bons costumes.

Segundo Almeida, o direito penal sexual ainda sobreviveria como uma ilha num mundo já marcado pela secularização. Para Jorge de Figueiredo Dias, “não é função do direito penal nem primária, nem secundária tutelar a virtude ou a moral: quer se trate da moral imposta, dominante, ou de um grupo social”. Esse autor considera que a concepção de crime pautada na perspectiva ético-social é absolutamente inadequada à estrutura e às exigências das sociedades democráticas e pluralistas de nossos dias.

Martinez, ensina que o direito e a moral não são dois círculos concêntricos, sendo o do direito representado pelo de diâmetro menor. O autor português entende que a interpretação correta sejam “dois círculos cujos centros estão separados – embora por vezes tais círculos se entrecruzem”. Para ele, o direito e a moral constituem fatos institucionais distintos, seja em suas fontes ou no sistema de sanções.

MARTINEZ, Fabrina. **Thais de que deficiência na legislação dificultam combate ao abuso e exploração sexual**. 2008
ALMEIDA, L. C. R.; NEDE RSTIGT, F. Introdução in PEARSON, E. **Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas: um manual**. Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres. Rio de Janeiro, 2006,

Nesse sentido, pode-se aprender a moral, com Renato Silveira, como o referencial ao espectro maior do direito penal. Porém, alerta o autor que a tese do lastro dos conteúdos morais não deve prevalecer, “fazendo com que o discurso sectário de alguns venha a se edificar como figuras típicas que não agridem a bens jurídicos concretos”. Para ele, os conteúdos morais que já sustentaram a formação do direito penal não podem ser motivadores de sanções.

Países como a Alemanha, após a reforma de 1973, e a Espanha, depois da reforma de 1989, passaram a tutelar penalmente a liberdade de autodeterminação sexual das pessoas e não a moral pública.

No Brasil se pode citar as duas reformas do Código Penal referentes à matéria, ocorridas em 2005 e 2009. A reforma de 2005, perpetrada pela Lei n. 11.106, pode ser considerada um marco para o direito penal sexual. Figuras como a da mulher honesta, ou a da extinção da punibilidade baseada no casamento do autor do delito ou de terceiro com a vítima, há muito criticadas pela doutrina, foram extirpadas do direito brasileiro. Nesse passo, o criminal previsto no art. 231 – tráfico de mulheres – foi substituído pelo tráfico internacional de pessoas, englobando também os homens, embora ainda representem a minoria.

A reforma de 2009, realizada pela Lei n. 12.015, trouxe como grandes avanço a alteração da denominação do título de Crimes contra os Costumes para Crimes contra a Dignidade Sexual, tendo em vista o princípio da dignidade humana, substrato de um Estado Democrático de Direito.

Segundo, o exposto, e conforme se verá ao longo deste trabalho, a moralidade se faz presente nos delitos sexuais até os dias de hoje. Não há como dizer que esses preceitos não estejam arraigados na elaboração dos tipos penais. Entretanto, paulatinamente, progressos são percebidos.

2.21 A DELIMITAÇÃO DO BEM JURÍDICO NO DIREITO PENAL SEXUAL

Como se observou, o direito penal sexual sempre sofreu influência da moral na tipificação dos delitos. Neste tópico se buscará a delimitação do bem jurídico penal sexual tendo por direito penal mínimo e os princípios da lesividade, subsidiariedade e fragmentariedade. Em um Estado Democrático de Direito não há destino para a tutela penal de questões estritamente morais. Adota-se neste trabalho a posição doutrinária segundo a qual a finalidade do direito penal é a proteção subsidiária de bens jurídicos.

Como ensina Pereira (1976), bens jurídicos são todos os dados pressupostos de um convívio pacífico entre os homens, fundado na liberdade e na igualdade. Para esse autor, “a imoralidade ou a reprovabilidade ética de um comportamento não podem legitimar uma proibição penal, se os pressupostos de uma convivência pacífica não forem lesionados”.

Na seara penal protegem-se, então, apenas certos bens jurídicos e, ainda assim, contra determinadas formas de agressão. Nas palavras de Janaína Paschoal, o Estado Democrático de Direito deve buscar um “Direito Penal efetivamente limitado à lesão de bens jurídicos caros à sociedade”.

Para Grossi,

“o fato de existir um comportamento que seja do ponto de vista ético-social quase unanimemente censurado não significa que o direito, e muito em particular o direito penal, deva intervir”.

Afirma, que aprender que o bem jurídico tutelado é a moralidade pública reforça a existência de um sistema calcado em valores falocráticos e marcado pelo falso moralismo, remanescente de preconceitos patriarcalistas. Contudo, que o bem jurídico tutelado seja também moralmente relevante. Nesse sentido, Santiago Mir Puig afirma que, segundo o postulado da exclusiva proteção de bens jurídicos, não podem ser tutelados pelo direito penal interesses meramente morais. Porém, que os bens jurídicos penais podem ser bens morais, exigindo-se “que tenham mercedores da proteção jurídico-penal”.

De acordo com Grossi, o qual questiona o motivo de se recusar a incriminação de meras convicções morais, o que interessa, em primeiro destino, “não é nem que a proteção da moral pelo direito penal seja de reduzida eficácia, nem que ela produza poucos benefícios, e sim a sua incompatibilidade com o respeito pela autonomia dos cidadãos”. Para ele, em certas esferas o cidadão é soberano absoluto.

Nesse contexto, se afirma que na órbita sexual a liberdade apresenta especial relevo, pois se trata do direito à livre opção e autodeterminação na esfera privada, o que autoriza o agente a “atuar de acordo com os seus gostos, temperamento e personalidade, na execução do seu projeto de vida, tal como noutras esferas pessoais e privadas da sua existência”.

Assim, quando se fala em delitos como rapto, adultério, sedução, rufianismo, mediação para servir à lascívia de outrem, todos entre maiores capazes que consentiram na conduta, não se vislumbra um bem jurídico a ser tutelado criminalmente. Para Pearson, o direito penal sexual deve limitar-se essencialmente à proteção de menores e a evitar condutas violentas, pois a moral não é um bem jurídico. Pode parecer imoral para algumas pessoas a conduta do rufião que se deixa sustentar consensualmente por uma prostituta maior e capaz. No entanto, essa conduta não deveria ser considerada ilegal, uma vez que ambos agem dentro de sua esfera de liberdade, sem prejudicar terceiros.

Ditmoreen, acredita que a liberdade sexual tenha se consolidado nas últimas décadas como o objeto de proteção que justifica as intervenções jurídico-penais nas práticas sexuais dos cidadãos. A intervenção penal se faz justamente para que toda pessoa exerça a atividade sexual em liberdade, homem ou mulher. Assim, adota-se para este trabalho a liberdade sexual como o bem jurídico a ser tutelado nos delitos sexuais entre maiores capazes, considerada tipo de exteriorização do princípio da dignidade humana.

GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e Sexualidade Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, 1998, p. 1-1851

DITMOREEN, M. e W., Marian. **The negotiations on the UN Protocol on Trafficking in Persons Moving the focus from morality to actual conditions**. NEMESIS nr. 4, 2003.

2.22 OS CRIMES SEXUAIS TUTELADOS PELO CÓDIGO PENAL DE 1940

O Código Penal de 1940 trata dos delitos sexuais no Título VI – Dos Crimes contra a Dignidade Sexual, que abrange os artigos 213 a 234-C. Pode-se dividir esse título em quatro grupos distintos: os crimes violentos cometidos mediante violência, severa, ameaça, constrangimento ou fraude os crimes violentos cometidos contra vulnerável; o ultraje público ao pudor; e o lenocínio. Discorrer-se-á brevemente sobre os tipos penais sexuais, observando que muitos deles são vagos, com elementos normativos que admitem interpretações díspares.

Uma interpretação teleológica, nos termos dos mandamentos constitucionais. Tendo em vista que a Constituição de 1988 consagra a liberdade, para o Estado não importa a maneira como cada pessoa conduz sua vida sexual. A denominação dada a um título ou capítulo do Código tem como uma de suas finalidades direcionar a análise de cada figura típica nele contida, pois, seja mediante a interpretação sistêmica ou teleológica, pode-se definir qual bem jurídico se quer proteger.

Assim, todos os delitos previstos no Título VI do Código Penal brasileiro devem ter como norte a dignidade sexual. O bem jurídico dignidade sexual está bem distante dos bons costumes de outrora. O primeiro não deve envolver juízo de valoração subjetivo, pois, na esfera privada cada um pode agir como melhor lhe aprouver. Feitas as observações iniciais, analisar-se-á os quatro grupos mencionados. O primeiro deles, que se encontra no crime contra a liberdade sexual, criminaliza os delitos de estupro (art. 213), violação sexual mediante fraude (art. 215) e assédio sexual (art. 216-A).

Comentando tais delitos, Renato Silveira afirma que somente a violência e a ameaça devem justificar a presença da intervenção penal. Desde a reforma de 2009 ele açambarcou as condutas previstas no atentado violento ao pudor, que foi revogado. O estupro, crime violento por natureza, deve sofrer uma reprimenda penal proporcional à lesão. Porém, ainda se encontram julgadores

que avaliam a participação da vítima nesse delito de forma discriminatória, como se ela tivesse “provocado” o agente. Trata-se de uma questão da revitimização, seja durante o inquérito ou o processo penal: quando não acreditam na história da vítima, exigem que ela confirme sua história, ou inferem que poderia ter feito outra escolha.

Fica evidente que a questão do gênero está longe de ser resolvida. O segundo grupo encontra abrigo no referente aos crimes de violação sexuais contra vulnerável. São tipificados:

o estupro de vulnerável (art. 217-A), a mediação para criança ou adolescente servir à lascívia de outrem (art. 218), a satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-A) e o favorecimento da prostituição ou outro tipo de exploração sexual de vulnerável (art. 218-B).

Embora os exemplos tenham cunho moral, não se olvide que Hart escreveu sua obra em 1963. Assim, o que deve ser verificado é que o Estado não pode intervir na esfera privada das pessoas, por algum grupo considere imoral determinada conduta, porém, quando esta se der em público, tendo em vista a liberdade sexual (negativa), o Estado pode intervir, e não necessariamente por meio do direito penal.

2.23 LENOCÍNIO E TRÁFICO DE PESSOAS

Neste estudo, interessa especialmente a tipificação dos delitos referentes ao lenocínio, em razão de sua relação com a prostituição, o consentimento e o tráfico de pessoas. O termo Lenocinium foi empregado pelos romanos por Julia de adulteriis coercendis (século I a.C.). Essa lei punia o marido que tira proveito do adultério praticado pela própria esposa ou que não repudiasse a adúltera pega em flagrante. O lenocínio ligado à prostituição começou a ser punido em Roma a partir do advento do Cristianismo. Na Idade Média o lenocínio também era punido, com a pena, especialmente o praticado pelo pai ou marido em relação a seus filhos ou esposa.

Martinez, afirma que, além dos castigos corporais, da prisão e do banimento, aplicavam-se também penas de ordem ética com publicidade. O autor menciona a capitular de Carlos Magno, de 802, que obrigava o rufião a carregar nas costas até a praça pública a mulher por ele prostituída.

No Brasil, as Ordenações Filipinas tratavam da matéria nos Títulos XXXII – Dos alcoviteiros, e dos que em suas casas consentem a mulheres fazerem mal de seus corpos – e XXXIII – Dos rufiões e mulheres solteiras –, podendo ser aplicada a pena de morte.

O Código Legal do Império, de 1830, não dispunha sobre a matéria, o que constituiu, nas palavras de Fragoso, “omissão indesculpável”. Já o Código Republicano, de 1890, dispunha sobre o lenocínio em capítulo próprio (art. 277 e 278). O Código Penal de 1940, com a redação alterada em 2009, dispõe sobre a matéria no Capítulo V do Título VI – Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra tipo de exploração sexual.

A redação exclusive, de 1940, era: do lenocínio e do tráfico de mulheres . Nesse capítulo temos tipificados os seguintes delitos: mediação para servir a lascívia de outrem (art. 227), favorecimento da prostituição ou outra tipo de exploração sexual (art. 228), manter estabelecimento em que ocorra exploração sexual (art. 229), rufianismo (art. 230) e tráfico internacional e interno de pessoa para fim de exploração sexual (art. 231 e 231-A).

Segundo ensina, o legislador de 1940 poderia ter optado apenas pelo termo “lenocínio” para designar todo o capítulo, pois tanto o tráfico de mulheres como o proxenetismo ou o rufianismo constituem modalidades de lenocínio.

No mesmo sentido, Renato Silveira, para quem a maioria dos tipos penais relativos ao lenocínio é exemplo de paternalismo, pois limitam aprioristicamente a liberdade quanto à disposição ao sexo, sem dano aparente à pessoa. Dessa forma, entende-se prejudicada a criminalização dos tipos previstos nos artigos. 227, 228, 229 e 230 do Código Penal, na forma estabelecida no c
aput de cada artigo.

Segundo dispõe, o princípio da intervenção mínima de orientação ao legislador quando da criação ou revogação das figuras típicas, e conclui-se que é com esse princípio que o legislador deveria observar o capítulo do Código Penal referente ao lenocínio.

O art. 227 dispõe sobre a mediação para servir à lascívia de outrem, e estabelece pena máxima de 3 anos de reclusão para aquele que induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem.

Quando se trata de adultos capazes, esse é um exemplo claro de paternalismo, devendo a conduta ser descriminalizada. Na mesma vertente, Niderker, entende que mencionado delito é inconstitucional, por ferir os princípios da intervenção mínima e da proporcionalidade.

Segundo o autor, várias figuras típicas precisam ser reavaliadas. A conduta pode até ser considerada imoral ou antiética, mas não necessariamente prejudica terceiros. A liberdade pessoal foi consagrada pela Constituição de 1988, pouco importando ao Estado a maneira como cada pessoa conduz sua vida sexual, desde que não prejudique terceiros.

O art. 228 dispõe sobre o favorecimento da prostituição ou outro tipo de exploração sexual. Esse dispositivo foi alterado pela Lei n. 12.015, de 2009, acrescentando-se a expressão “ou outro tipo de exploração sexual” ao seu nomen juris.

Como veremos a seguir, ainda não há conceituação aceita pela doutrina ou jurisprudência para exploração sexual, o que dificultará sua aplicação. A pena para tal delito é a reclusão, de 2 a 5 anos, e a multa. O dispositivo em questão apenas poderia justificar-se no tocante à conduta impedir ou dificultar que alguém abandone a prostituição. Nas demais condutas previstas, induzir ou atrair alguém à prostituição, não há falar em dano ao bem jurídico tutelado na ausência de violência, severa ameaça ou fraude.

Conforme preceitua Nidecker,

“o amparo à prostituição pode ser útil e legítimo, desde que respeite a livre vontade da pessoa que comercializa o sexo”.

Assim, a suposta imoralidade da conduta não a eleva à categoria de bem jurídico tutelado pelo direito penal. Além disso, se a atividade major – que é a prostituição – não é ilícita, seria um contrassenso punir aquele que a favorece. A título ilustrativo, o art. 188 - 1, do Código Penal espanhol pune apenas aquele que “determine, empregando violência, intimidação ou fraude, ou abusando de uma situação de superioridade ou de necessidade ou vulnerabilidade da vítima, a pessoa maior de idade a exercer a prostituição ou a manter-se nela” (tradução nossa). Ou seja, havendo consentimento válido, pois o bem jurídico tutelado é a liberdade sexual.

O art. 229 aplica com reclusão de 2 a 5 anos, e multa, aquele que mantiver estabelecimento em que ocorra exploração sexual. Esse delito, cujo nome à Lei n. 12.015, de 2009, era de prostituição, há muito vem sendo criticado pela doutrina e jurisprudência, pois se trata de conduta absolutamente tolerada.

A mencionada lei substituiu “lugar destinado a encontros para fim libidinoso” por “estabelecimento em que ocorra exploração sexual”. As observações sobre a inexistência da correta conceituação de exploração sexual aplicam-se a esse delito.

O art. 230 dispõe sobre o rufianismo, que é a conduta praticada por aquele que tira proveito da prostituição alheia, ou se deixa sustentar pela pessoa que a exerce, com pena de reclusão de 1 a 4 anos, e multa. Em que pese ser uma conduta eticamente reprovável para alguns, tratando-se de pessoa maior e capaz que consente com a situação, não há razão para a intervenção do direito penal.

Niderker, chama a atenção para o fato de que ninguém questiona o sujeito que trabalha e se mantém com o dinheiro adquirido por meio de espetáculos ou filmes pornográficos. Embora não se trate da prostituição em sua forma clássica, também se refere à mercancia do sexo.

Segundo Castilho, na vida existem agentes que fazem intermediações em diversas atividades e recebem comissão por esse trabalho. No caso do rufianismo, a punição não ocorre por se tratar de uma conduta ilícita,

NIDECKER, Fernanda. **Planalto Central na Rota do Tráfico**. Jornal do Brasil. 2004.
CASTILHO, E. W. V. **Tráfico de Pessoas: da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo**. 2005.

mas por ser considerada moralmente condenável. O princípio da intervenção mínima deve ser respeitado, cabendo ao direito penal tutelar apenas as situações em que de fato haja dano ao bem jurídico. Se a pessoa maior e capaz optar por se prostituir, não se deverá punir aquele que a ajudar, ou se deixar sustentar por ela. Não havendo violência, fraude, engano, exploração de situação de vulnerabilidade, ou se tratando de menor ou incapaz, não cabe ao Estado interferir na esfera privada do cidadão.

Não é o direito penal que deve interferir, cabe ao Estado fornecer os meios para que o adulto possa optar por um trabalho, e, se a opção for pela prostituição, pela advocacia, pela limpeza de bueiros, a escolha deverá ser respeitada. O delito de tráfico de pessoas para fim de exploração sexual (art. 231) será tratado no capítulo 4 deste trabalho, e a questão da possível descriminalização da figura prevista no caput, no capítulo 7, que dispõe sobre o consentimento.

2.23.1 Prostituição: proibir, regulamentar ou abolir?

“A forma remanescente de escravatura feminina representada pela prostituição precisa ser abolida. Não uma abolição nos moldes românticos e líricos da de 13 de maio, que emancipou juridicamente o negro mas o deixou abandonado, escravo da pobreza, da ignorância, do vício, dos preconceitos de toda sorte. Mas uma abolição de fato, que proceda segura e objetivamente, conhecendo as causas reais do fenômeno e atacando-o com segurança e precisão.”

A epígrafe escrita no início dos anos 50 do século passado, poderia ter sido escrita hoje, considerada imoral e degradante por alguns, e opção de trabalho por outros, a prostituição é tema que não será pacífico. Porém, deve-se analisá-la em experiência dos princípios e garantias de um Estado Social e Democrático de Direito. Um Estado laico. A prostituição é antiquíssima, sendo difícil precisar seu surgimento. Referida na Bíblia e em outros documentos históricos, já se apresentou sob diversas formas, como a prostituição hospitaleira ou religiosa, sem o sentido infamante presente na conceituação atual. Na definição de Cernicchiaro, prostituição é a conduta desregrada de uma pessoa que se entrega à prática de relações sexuais

Por todos os continentes há uma diversidade de tratamento dispensado àqueles que exercem a prostituição. De criminosos a profissionais do sexo, o que ainda não se conseguiu afastar foi o preconceito. Em sua maioria mulheres, ainda carregam a pecha de mulheres públicas, de vida fácil, de vida airada, rameiras, zabaneiras, marmitas, inferiores, decaídas, horizontais, desavergonhadas, mundanas, cortesãs, marafonas.

E o preconceito já foi oficial, prescrito em lei. No Brasil, desde as Ordenações Filipinas até o advento do Código Penal de 1940, as prostitutas foram tratadas de forma desigual quando vítimas de crimes como o estupro. Para ilustrar é possível citar o Código do Império que previa para esse delito a pena de 3 a 12 anos quando a vítima era mulher honesta, e de 1 mês a 2 anos quando prostituta. Cada país adota para o tratamento da prostituição a política criminal que lhe parece conveniente, e para todos eles existem defensores tenazes.

Vejam-se a seguir os três sistemas utilizados: proibição, regulamentação e abolição. A proibição é o sistema adotado hoje nos Estados Unidos, por exemplo. Consiste em criminalizar a prostituição de per si, punindo seu exercício e também sua exploração. São conhecidas várias tentativas de proibição da prostituição ao longo da história, especialmente por influência religiosa. Porém, pode-se afirmar que o proibicionismo se encontra falho na origem, já que toda tentativa de proibição foi burlada.

O desrespeito à proibição, a ascensão da burguesia ao poder, bem como o surgimento de inúmeras doenças venéreas, como a sífilis, fez surgir diversas tentativas de regulamentar a prostituição a partir do século XVIII. Surgiu assim o sistema da regulamentação, que teve início em 1803, na França, e se espalhou para outros países. Esse sistema considerava a prostituição um mal necessário, e a cercava de medidas higiênicas e policiais, visando salvaguardar a saúde da população e a ordem pública. Além dessas medidas, modernamente há a preocupação também com questões fiscais e previdenciárias (direito prostitucional).

É o sistema adotado atualmente na Holanda e na Alemanha. Para Castilho (2005), já que se convive com a prostituição, deveria “imperar o bom senso” e disciplinar e regularizar seu exercício, compreensivo por meio de intermediários.

Segundo lição, o regulamentarismo é censurável juridicamente. A autora exemplifica com a realização de exames médicos periódicos pelas

prostitutas, e a não necessidade desses mesmos exames pelos clientes. Ou seja, recai exclusivamente sobre a mulher a sanção por um ato que é bilateral. Para a autora, o Estado que regulamenta a prostituição se torna um proxeneta.

Para Castilho, que defendia a função da prostituição, a melhor solução para tratá-la seria a liberdade vigiada, ou seja, “o confinamento das meretrizes deixadas à sua própria iniciativa, em locais discretos ou a coberto de maior escândalo”. O autor era contrário à regulamentação oficial, entendendo que esta criava “ambiente propício ao incaroável cativo das decaídas e ao proxenetismo parasitário”. Hungria corrobora seu posicionamento ao narrar o episódio ocorrido nas cercanias do túnel do Mangue, no Rio de Janeiro, em meados do século XX.

Segundo o autor, as prostitutas aglomeravam-se nessa região sem maior escândalo, além de frequentarem o ambulatório antivenéreo do medical center vizinho. Um “chefe de polícia puritano”, valendo-se do ditatorial vigente, expulsou as meretrizes da região. Em vez de acabar com a prostituição, o que o chefe de polícia conseguiu – segundo as críticas de Hungria – foi fazer com que as prostitutas se infiltrassem nas vizinhanças das famílias honestas da cidade; que houvesse o recrudescimento dos crimes sexuais; além da disseminação de doenças venérea.

No início do século XX, imperava no Brasil o programa de tolerância sobre o funcionamento das casas de prostituição. A polícia e os demais órgãos públicos responsáveis pela moralidade das cidades permitiam seu funcionamento, sujeitos à fiscalização e a algumas regras. Segundo lição de Castilho (2005), na cidade de São Paulo a Delegacia de Costumes era a responsável por autorizar a abertura de novos prostíbulos, o que exigia uma série de documentos, visando mantê-los longe das escolas, templos e bairros residenciais. Além disso, o proprietário deveria pagar tributo, sob a denominação de “pensão não familiar”.

A arbitrariedade do regulamentarismo criou um ambiente de muitas críticas. Paradigmático foi o trabalho de Josephine Servant, feminista preocupada com o bem-estar das prostitutas, que em 1870 tornou-se líder da Associação Nacional de Senhoras com o fim de revogar (conjunto de leis britânicas sobre a regulamentação da prostituição).

Por meio de sua influência, em 1886 o Parlamento inglês revogou essa legislação. A partir daí, outros países também alteraram suas normas, influenciados pelo trabalho de Butler: Suíça, Holanda, Noruega, França e Itália. Foi a primeira onda feminista em torno do tema. Com a superação desse sistema surgiu a abolição, objetivando abolir os regulamentos de exceção policiais e sanitários que disciplinavam a vida da meretriz.

O escopo desse sistema era submeter a prostituta ao direito comum, como qualquer outra cidadã. De acordo com Esther de Figueiredo Ferraz, o abolicionismo não vê a prostituição como um mal necessário, mas como um mal evitável e reparável. Nesse passo, entendia a professora que a um fenômeno deveriam aplicar-se armas de natureza comunitárias (meios educacionais, assistenciais, entre outros), e não a aviltante regulamentação. Trata-se de um sistema que pune não a prostituta, mas quem a explora: o rufião, o proxeneta ou o traficante, seja de forma consentida ou não. É o sistema adotado hoje pela política criminal brasileira. Esther de Figueiredo Ferraz foi uma defensora obstinada do abolicionismo. Para ela a prostituta deveria ser protegida, e as normas jurídicas “não poderiam permanecer insensíveis ante o espetáculo degradante da prostituição”.

Segundo a autora, no início da década de 50, a prostituição era uma “forma remanescente de escravatura feminina”. Naquela década, ainda segundo o entendimento da jurista, o combate ao meretrício era “a legítima e premente das reivindicações feministas”.

Para Castilho (2005), salvo raras exceções, as causas da prostituição seriam o insuficiente amadurecimento psíquico das menores, as anormalidades físicas ou mentais, a pobreza excessiva, a desorganização do meio onde a falta de educação intelectual, moral e profissional e até mesmo a desonra por um crime sexual sofrido.

Hoje se pode afirmar que a maior parte dessas causas persiste, mantidas as exceções e afastada a carga moral Gilberto Dimenstein entrevistou, entre os anos de 1991 e 1992, 53 meninas e adolescentes prostitutas para a

investigação jornalística que culminou no livro *Meninas da noite*. Desse universo, 95% vinham de famílias desestruturadas; 80% não tinham contato com o pai; 35% admitiram que sofreram tentativas de abuso sexual no lar, apontando o padrasto como maior responsável diante de uma mãe passiva; 50% apontavam a bebida como um problema.

Observam-se, a partir da segunda metade do século passado, algumas mudanças de paradigma no direito penal sexual ocidental, na seara da prostituição. Influenciaram tais mudanças alguns estudos e leis esparsas, sendo exemplo o *Wolfenden Review*, de 1957. Trata-se de relatório fruto de uma comissão de estudos britânica presidida por David Wolfenden, que não considerava a prostituição um fato punível em si, mas recomendava sua incriminação se praticada nas ruas, porque o assédio a cidadãos comuns seria um incômodo ofensivo.

De um lado, de cunho feminista, o entendimento de que a prostituição é um tipo de exploração baseada no gênero. Partindo do pressuposto kantiano de que a pessoa é um fim em si mesma, não pode ser tratada – nem por si própria – como objeto ou ferramenta, sob pena de violar o princípio da dignidade humana. De outro lado temos a corrente que defende a prostituição como uma tipo de trabalho qualquer. Segundo esse entendimento, a dignidade humana pressupõe a autonomia da vontade, e a opção pela prostituição deve ser respeitada.

Nesse sentido, existem dois grandes grupos internacionais, cada um defendendo uma das teses mencionadas, que têm influenciado decisões sobre a prostituição em todo o mundo, esses grupos tiveram participação decisiva também na elaboração do Protocolo de Palermo. São eles: CATW – Coalition Against Trafficking in Women GAATW – Global Partnership Against Visitors in Females.

A CATW é uma organização não governamental de penetração mundial que visa promover os direitos humanos das mulheres contra a indústria do sexo. Para ela, são formas de exploração sexual: prostituição, assédio sexual, estupro, incesto, pornografia, turismo sexual e casamento servil. Segundo o entendimento dessa organização, todo tipo de prostituição explora a mulher.

Castilho, afirma que essa tipo de pensamento feminista, denominada neo abolicionista, coloca em primeiro destino a defesa do gênero em detrimento da pessoa prostituída. Para essa corrente, mesmo se houvesse

prostituição voluntária, esta seria inadmissível tendo em vista a proteção do gênero. Entende-se que tal postura é excessivamente paternalista, não oferecendo à mulher a prerrogativa da escolha. Embora festejado por aqueles que veem a prostituição como sendo um tipo de exploração sexual, o modelo sueco recebe duras críticas, atribuindo-se a sua legislação um caráter meramente simbólico.

Para, essa espécie de terceira via no trato da prostituição peca principalmente pela perspectiva de contenção da denominada exploração da venda de sexo. Esse autor acredita que a criminalização no se mostrou como instrumento adequado para tal tipo de controle comunitário, controle carregado de carga moral. O Estado Democrático de Direito garante a todos o direito à liberdade. Assim, quando diante de um consentimento válido, que não esteja eivado de qualquer tipo de vício, e não se tratando de pessoa vulnerável, entende-se que a opção laboral pela prostituição deve ser respeitada. O que se pode concluir é que o direito penal não é suficiente para resolver tal questão. Apenas o investimento em políticas sociais, tão arduamente defendidas por Esther de Figueiredo Ferraz, daria outra opção viável a homens e mulheres que se dedicam à prostituição.

2.24 EXPLORAÇÃO SEXUAL

A Lei n. 12.015, de 2009, acrescentou a expressão exploração sexual ao capítulo que dispõe sobre o lenocínio, ficando assim a redação: “Do lenocínio e do tráfico de pessoas para fim de prostituição ou outro tipo de exploração sexual”. Essa lei, com intuito explicativo, também acrescentou o art. 234-C ao Código Penal brasileiro, dispondo que ocorreria exploração sexual em todos os delitos tipificados como crimes contra a dignidade sexual. Contudo, esse dispositivo sofreu veto presidencial, segundo a mensagem de veto, o dispositivo confundia os conceitos de violência sexual e a exploração sexual, uma vez que pode haver violência sem a exploração, e vice-versa.

A expressão exploração sexual constitui elemento normativo do tipo penal. Segundo Francisco de Assis Toledo os elementos normativos são os constituídos por termos ou expressões que só adquirem sentido quando

completados por um juízo de valor, preexistente em outras normas jurídicas ou ético-sociais ou emitido pelo próprio intérprete.

Como não há definição dos doutrinadores e também do Poder Judiciário, segundo Castilho (2005), nosso Código Penal fornece algumas diretrizes na determinação do conceito da elementar. Para o autor, os conceitos de violência sexual (ex.: estupro) e de satisfação sexual (atividade lícita) representam os limites interpretativos da exploração sexual.

Castilho, determina a exploração sexual como a conduta daquele que tira proveito de outrem, transformando-o em objeto ou mercadoria e promovendo sua degradação sob o aspecto da sexualidade.

Para, a exploração sexual deve ser caracterizada como tipo de retirada de vantagem em relação a alguém, valendo-se de fraude, artil, posição de superioridade ou qualquer outra tipo de opressão. Esse autor afirma que a exploração sexual não se confunde com qualquer tipo de violência sexual ou com a mera satisfação sexual.

No mesmo sentido, Xavier, entende que a exploração sexual tem a conotação negativa de aproveitamento ou fruição de uma debilidade. Segundo Renato Fabbrini, o termo exploração sexual comporta diferentes acepções no contexto, como tirar proveito, beneficiar-se, extrair lucro de uma situação ou de alguém. Para esse autor o fim econômico não é exigido pelo legislador, podendo o proveito ser de natureza sexual, por exemplo.

A definição de exploração sexual do Instituto Interamericano Adolescentes– IIN tornou-se uma referência. Segundo o IIN, a exploração sexual comercial é considerada a atividade econômica que submete a pessoa à indústria do sexo, nos âmbitos nacional e internacional.

Inclui a prostituição, a produção comercial pornográfica, o turismo sexual, o tráfico de pessoas para round sexuais, e, recentemente, também o sexo e a pornografia via Internet. O IIN elaborou essa definição visando os menores, porque a prostituição, a pornografia, o tráfico de pessoas e o turismo sexual que os envolvem são sempre abusivos e devem subsumir-se como formas de exploração. O mesmo não ocorre quando essas modalidades

envolvem maiores. Nesse caso, o consentimento válido do maior capaz deverá ser considerado. O caso emblemático é o da indústria pornográfica.

Filmes, livros e revistas pornográficos são comercializados normalmente, nos termos do art. 5º, IX, da Constituição Brasileira. Atores e atrizes são remunerados como em um emprego qualquer, e o Estado recolhe tributos dos filmes e revistas, por exemplo. Sendo maiores, e consentindo no ofício, não se pode dizer que se trata de exploração.

Segundo Castilho, o entendimento feminista, a pornografia é uma espécie de discriminação de gênero, ou seja, um tipo de expor a mulher subjugada pelo homem, baseada na estrutura de poder macho-fêmea.

Lima, critica essa postura, afirmando que não há justificativa para uma censura prévia a qualquer tipo de construção comunicacional consentida. Para esse autor, punir-se-iam os efeitos de uma desigualdade já posta, e não suas causas, que são sociais. E não é a isso que se destina o direito penal, sob pena de mostrar-se ingenuamente simbólico. O turismo sexual pode ser entendido como aquele que charge a satisfação sexual do turista no país de destino, estando intimamente ligado à prostituição.

A regra são turistas procedentes de países desenvolvidos se dirigirem a países pobres ou subdesenvolvidos. Esse tipo de turismo envolve a cumplicidade, por ação direta ou omissão, de órgãos do governo, da polícia, de agências de viagem, hotéis, bares, restaurantes, boates, barracas de praia, taxistas etc. Os turistas podem vir em grupos ou sozinhos, e muitas vezes o pacote inclui os serviços sexuais a serem prestados. O turismo sexual pode se configurar também nos casos em que a pessoa não comprou o pacote, mas aceita as ofertas feitas pela indústria do sexo no regional de destino.

O Código Penal brasileiro relaciona diretamente a exploração sexual com a prostituição. Quando o legislador redige a norma dispondo sobre a “prostituição ou outra forma de exploração sexual”, o que se infere, numa interpretação, é que a prostituição é um tipo de exploração. O mesmo se dá com o Protocolo de Palermo, onde se lê “a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual” (art. 3º, a).

Castilho, entende que a prostituição voluntária não é tipo de exploração sexual, podendo ser considerada uma profissão como outra qualquer. Para o documentário Cinderelas, lobos e um príncipe encantado, e o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tratam deste

assunto.

Haverá exploração quando presente a fraude, o artil, a posição de superioridade ou qualquer outra espécie de opressão. Castilho, discorda desse posicionamento ao afirmar que não se pode considerar existente a exploração sexual somente quando há fraude ou engodo no proceder do agente.

Segundo Primer, o Código Penal considera a prostituição contrária à dignidade sexual, por isso incrimina as condutas tendentes a favorecer o ingresso ou a permanência nesse estado, independentemente de qualquer condição desvantajosa para a pessoa, mesmo quando esta é maior e capaz.

A prostituição é o forma regular de vida daquele que se entrega à prática sexual mediante retribuição financeira. Quando a prostituição é voluntária, sendo o consentimento válido, entendemos que fica excluída a exploração. Aqui novamente se afirma que não cabe ao Estado intervir na esfera privada da pessoa plenamente capaz. Contudo, tratando-se de menor, pessoa vulnerável, ou presentes a fraude, coação ou violência, fica evidenciada a exploração. A escravidão negra, de natureza moral, integrava o sistema produtivo da época, e o senhor exercia, lícitamente, direito de propriedade sobre o escravo.

Ter escravos era sinal de poder, mesmo porque consistia em um alto investimento. Quando se fala em tráfico de negros, a referência é sempre o trabalho forçado, seja doméstico, seja na agricultura, ou outra tipo de esforço braçal. Neste tópico serão analisadas as questões atinentes à prostituição e à exploração sexual das escravas.

A violação sexual das negras se dava especialmente por parte dos senhores, mas ocorria também nas senzalas. Um caso emblemático, analisado por Janaína Paschoal, é o da escrava Honorata. apresenta alguns aspectos da prostituição das escravas. Havia os senhores que enfeitavam as negras com joias de ouro, rendas e roupas finas e as ofereciam aos clientes. Outros obrigavam as negras, muitas delas ainda crianças, a se oferecer nas ruas

e nos portos, onde desembarcavam marinheiros com toda espécie de moléstia, sobretudo a sífilis. Havia ainda as que ficavam expostas nas janelas, seminuas, nas zonas de meretrício. Comum a cada una de elas era que a receitados serviços prestados pertencia aos senhores. Alguns tiravam a própria subsistência desse mercado. Outros o tinham como mais uma fonte de renda.

2.25 PROTEÇÃO E TRATAMENTO AS VÍTIMAS DO TRÁFICO

Diante da imensidão do problema, faz-se necessário em direção a união de forças para não só combater o tráfico da raça, mas especialmente facilitar as vítimas com tratamentos psicológicos, assistência médica, sigilo nos casos, com destino a dificuldade do que inserir vítimas do que qualquer ação sexual em cima de envolvente familiar e social é numeroso grandes, em virtude desde toda gente os danos sofridos.

O estudo realizado pela PESTRAF traz algumas ações com incentivo com destino a proteção e tratamento as vítimas do tráfico a gente, (PESTRAF,2002, p.214/215/216). Ação efetiva dos órgãos do que segurança e da justiça, dentro do sentido de investigar e punir os casos com tráfico, investigando e punindo exemplarmente os casos desde convívio e/ou participação com autoridades e membros com elites locais; Preparação do Itamaraty, dos consulados e das embaixadas brasileiras no exterior, em o sentido do que identificar casos com tráfico e do que prometer em direção a proteção e em direção a resguardo das mulheres traficadas.

Geração de um sistema dentre informações que permita identificar e controlar as ações das redes do tráfico de seres humanos no interior do Brasil; preparação do bancos de dados, procurando explicar o fenômeno nos níveis externo, pátrio, regional, estadual e publico (tratamento do fenômeno); essas são algumas das medidas elencadas no interior do trabalho realizado pela PESTRAF, sabe-se que outras são necessárias para proteger as vítimas, assim porquê fornecer tratamento psíquico no sentido de término e restabelecer e reintroduzir essas vítimas na sociedade, que se encontram em situação com instabilidade.

É com extrema relevância que órgãos governamentais traçam metas em cima do sentido que investigar e deslindar o mundo inteiro que estão envolvidos ao tráfico do que cidadãos, porquê na direção de admissão ilícito, sequestro, entre outrem delitos não menos funeral. São importantes também ações governamentais sobre sentido do que revistar as fronteiras do Brasil, que envolvam classificação dos profissionais, melhores condições de trabalho, atuando ainda uma vez que tipo de combater em direção a devassidão com policiais, agentes que ficam nas barreiras, que são atraídos ao longo de moeda fácil.

2.26 DIFICULDADES DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO TRÁFICO DE SERES

Hoje como a meta do governos em todo o mundo é prevenir e combater o delito organizado antes que ele entre e se instale em cima do país. Tentar coibir em direção a ação organizada é difícil, entre que está inserido em abundantes bens da sociedade, uma vez que agências desde voga, dentre notícia uma vez que com destino a rede de computadores interligados ou com excursionismo, até entre entes políticos.

Desta forma, o delito é universal e é preciso que as nações se unam para combater, nas fronteiras, o legítimo crime organizado. Conforme ensina Mariane Castilho,

Se responsabilidade com combate ao tráfico, que afeta milhões desde cidadãos, deveria ser crime, pois apenas com para ratificação dentre protocolos que tenham através de utilidade e proteção dos seres humanos da exploração, da violação a seus direitos fundamentais e inerentes à vida e dos farto desrespeitos é que se consegue combater a legítimo o organizado transnacional.

A Circunstância Suplementar à Convenção das Nações Unidas versus o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Seres, em Exceto Mulheres e Crianças do que 2000, junto de cláusula 11º, disciplina as medidas que devem ser adotadas nas fronteiras entre os países uma vez se deve tentar controlar e prevenir o tráfico.

CASTILHO, E. W V. **Tráfico de Pessoas: da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo.**2005.

Sem prejuízo dos compromissos internacionais relativos à livre circulação dos seres, os Estados Partes reforçarão, na medida do provável, os controles fronteiriços necessários para prevenir e detectar o tráfico com população. Conforme disciplina o registro, dos Estados Partes, tem que manter controle reforçado nas fronteiras, para combater o tráfico de seres, que se reveste, atentando em discordância para distinção da pessoa humana. Com destino a prevenção se torna ainda mais viável quando os governos incentivam através de propagandas combater, porquê denunciar, os ouros utilizados pelas quadrilhas para atrair essas vítimas, do que clarificar para a população é mostrar os avanços em volta do combate, noticiar com destino a reação do Brasil em relação para esses abusos é importante, porque além do que provar que está verdadeiramente preocupado em incentiva as população essa denunciar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta pesquisa, seja por relatos dentre profissionais envolvidos, depoimentos com vítimas ou documentários acerca de o tema, o que se pôde constatar é que se trata de um legado praticamente invisível e, até certa medida, ignorado pela penal. Ainda são poucos os autores que se debruçam em cima de uma direção a questão. Enquanto seres humanos são considerados unicamente estatísticas, não têm rosto, nome ou história, é fácil tolerar na direção de situação.

Todavia, em seguida ler e testemunhar tantos relatos, é inverossímil permanecer indiferente na direção de isso, que precisa ser expurgado com toda uma nação. Do presente trabalho, com sistema em cima de reta penal mínimo, extraem-se as seguintes conclusões: o tráfico internacional de indivíduos para termo do que exploração sexual não se esgota em um dispositivo penal. É um fenômeno múltiplice e pluridisciplinar, que exige com destino a participação de várias esferas estatais e da sociedade publica para ser prevenido e recompensado adequadamente. Não existem hoje estatísticas ou pesquisas abrangentes e confiáveis para informar números ou características precisas relativas ao tráfico de seres humanos.

O que se pode declarar é que o delito está presente em todo mundo os continentes e envolve violações aos direitos humanos. O mito jurídico da pena sexual é, porque a consequência, em cima de tráfico desde indivíduos para exploração sexual é essa liberdade sexual, devendo ser afastada em direção a proteção da moralidade pública sexual. Assim, o muito jurídico pupilo nos delitos sexuais é individual e não coletivo.

Em zona voluntária, dentre pessoa maior e capaz que consente validamente junto de ofício, não pode ser considerada tipo a exploração sexual. Unicamente no sentido de meretrício forçada deve ser considerada exploração. É postura demais paternalista não oferecer ao cidadão na direção de privilégio desde escolha do Sr. trabalho.

Não podemos qualificar o porquê das prostitutas e as mulheres que são reiteradamente violentadas nos bordéis. Elas são escravas. Prostitutas recebem pagamento pelo sô ofício. É necessário definir o que significa exploração sexual. Isso desguarnecido legislativo dá margem com destino a

interpretações díspares. Sendo lícito o tirocínio da meretrício, condutas de respectivo persuasão ou facilitação não devem ser criminalizadas. Quer dizer, os tipos descritos em o capítulo do Código Penal pertencente ao lenocínio devem ser descriminalizados incessantemente que não houver vício a consentimento, uma vez que violência, erro, ameaço ou fraude. O consentimento válido da mártir elimina com destino a situação dentre risco proibido, à vista disso não há tipicidade, e por conseguinte.

Em direção a teoria do consentimento adotado entre oriente trabalho é no sentido de unitária. Quando se zelar do que pessoa maior e capaz, que tenha aderido livremente ao deslocamento do que um país com destino a outro com o término dentre exercitar com destino a libertinagem, sem qualquer tipo desde agravo, violência ou filtração, conquistando ela própria certa vantagem com o ato. Todo mundo os recursos jurídicos envolvidos isto posto são disponíveis. A avaliação do consentimento do tráfico a população ainda se encontra eivada através de questões morais e paternalistas.

O Brasil deve renovar sua legislação nesta seara, porquê fez na direção de Espanha, tendo como exemplo. Por legislação brasileira está em falta com os Protocolos adicionais à Convenção com Palermo. O País se comprometeu para criminalizar as condutas ali previstas, porém, até o que temos é um inextricável a dispositivos dispersos, sem sistematização ou proporcionalidade entre as penas. Ou por outra, os projetos que estão em tramitação sobre Congresso Pátrio se apresentam a forma incompleta e assistemática. Sem na direção de ajuda universal e sem em direção a implementação efetiva a uma política interna desde enfrentamento ao tráfico com população, que adote um trabalho em rede, Incluindo entidades estatais e para sociedade publica, não haverá na direção de prevenção, com destino a punição dos traficantes e exploradores e no sentido de proteção e assistência às vítimas.

Com o término desde proteger na direção de escravo do tráfico desde gente, é necessário honrar de modo correto entre tráfico do que cidadãos para termo a exploração e para transmigração ilícito. Com o intuito de se faça na direção de adequada proteção e atenção às vítimas do tráfico, deve-se fornecer treinamento característico aos policiais, agentes desde fronteira ou alfandegários, pessoal da dimensão da saúde, entre outrem, com destino a término dentre que com destino a escravo do que tráfico não seja revitimizada.

Um trabalho efetivo de prevenção ao tráfico é no sentido de arma eficiente em seu combate. Para tanto, é necessário implementar políticas públicas e sociais conforme previsto em cima de art. 6º da Constituição porquê instrução, trabalho e moradia.

4 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, L. C. R; NEDE RSTIGT, F. Introdução in PEARSON, E. **Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas: um manual**. Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres. Rio de Janeiro, 2006, 118p.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. trad: Mário Gama Kury. 4ªed. Brasília: UNB, 2001.

_____ADITAL. Disque Denúncia. Disponível em <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=21518>

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Realidade brasileira sobre tráfico de seres humanos, pedofilia, proteção à testemunha e legislação correlata. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Tráfico de Seres Humanos será um dos Principais Temas na Assembléia Geral da Interpol. Brasília, Polícia Federal, 2006. Disponível em www.dpf.gov.br/dcs/interpol/not%edcias/11092006_trafico.htm

BRASIL. Ministério da Justiça. Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília: Ministério da Justiça, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Relatório de atividades do Governo Federal, desenvolvidas no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2003-2006). In: Cartilha Ministério da Justiça: Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília: 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Dados atualizados do Disque Denúncia Nacional – Maio de 2006. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Seminário discute Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília, Ministério da Justiça, 2006. disponível em <http://mj.gov.br/noticias/2006/junho.RLS280606trafico.htm>

BRASIL. Ministério da Justiça. Tráfico de Seres Humanos. Disponível em www.mj.gov.br Brasília, Ministério da Justiça, 2007.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Presidência da República. Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes – 100. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia\]sedh\]spdca/exploracao_sexual](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia]sedh]spdca/exploracao_sexual).

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. Ministério da Justiça. Relatório: Índícios de Tráfico de Pessoas no universo de deportadas e não admitidas que

regressam ao Brasil via o aeroporto de Guarulhos. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2005.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. Ministério da Justiça. COLARES, Marcos. Relatório: I Diagnóstico sobre o Tráfico de Seres Humanos São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2004.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. Ministério da Justiça. Relatório: O Tráfico de Seres Humanos no Estado do Rio Grande do Sul. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2005.

BRASIL/PORTUGAL. Ministério da Justiça/Ministério da Administração Interna de Portugal. Declaração de Brasília. Brasília: 2006.

_____ BRASILEIRAS somam 90 % das vítimas de tráfico humano. Agência Brasil. Brasília, 2006.

Tráfico, Prostituição e Exploração Sexual Disponível em: www.apf.pt/cms/files/conteudos/file/tpes.pdf?PHPSESSID=93a2561f967ee6e9177dba09df21ad57 Acesso em: 02 Maio 16.

BINDEL, J. **Press for change: a guide for journalists reporting on the prostitution and traffcking of women**, 30f, 2006, Disponível em: <http://action.web.ca/home/catw/attach/PRESSPACKgeneric12-06.pdf> . Acesso em 21 abril 2016

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Campus 1992.

CASTILHO, E. W. V. **Tráfico de Pessoas: da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo**.2005. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/publicacoes/docs_artigos/artigo_trafico_de_pessoas.pdf> . Acesso em:17 Junho 2016.

CAMPANHA **16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência Contra as Mulheres. Exploração sexual e tráfico de mulheres: um problema mundial**. Brasília, 2006.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. **Tráfico de Pessoas: da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo**, in: **Cartilha Ministério da Justiça: Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Brasília: 2007.

_____ CLIENTES da Prostituição podem vir a ser punidos. Gazeta LUSA. Disponível em <http://rtp.pr/index.php?article=240974&visual=16>

COSTA, P. M. **Tráfico de pessoas Algumas considerações legais**. Socius Working Papers n.8, 2004. Disponível em:< <http://pascal.iseq.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200408.pdf>> . Acesso em:21 Abr 08

D´CUNHA J. **Trafficking in persons: a gender and rights perspective**. Expert Group Meeting on Traffcking. 2007 Disponível em

<http://www.un.org/womenwatch/daw/egm/trafficking2002/reports/EP-DCunha.PDF> Acesso em: 25 Maio 2016

DITMOREEN, M. e W., Marian. **The negotiations on the UN Protocol on Trafficking in Persons Moving the focus from morality to actual conditions.** NEMESIS nr. 4, 2003. Disponível em: [http://www.lastradainternational.org/Isidocs/6%20The%20negotiations%20on%20the%20UN%20Protocol%20\(NEMESIS\).pdf](http://www.lastradainternational.org/Isidocs/6%20The%20negotiations%20on%20the%20UN%20Protocol%20(NEMESIS).pdf) Acesso em:25 Mar 2016

FALEIROS, Vicente de Paula. **Redes de Exploração e Abuso Sexual e Redes de Proteção.** CECRIA.2002.

FREITAS, Renan Springer de. **Bordel Bordéis: Negociando Identidades;** Ed. Vozes, Petrópolis 1985.

FOX, J; SANDLER, S. **Bringing Religion into International Relations,** Londres: Palgrave Macmillan, 2004.

_____ G1. Hotéis do CE lançam campanha contra prostituição infantil.

Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/0,,MUI38679-5598,00.html>

G1. Polícia Rodoviária localiza 1.918 pontos de prostituição infantil, São Paulo. Disponível em <http://g1.globo.com/noticias/0,,MUI38611-5598,00.html>

GAATW. **Carta Aberta Política e Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.** Rio de Janeiro, 2006.

GAATW-**Aliança Global Contra Tráfico de Mulheres,** PEARSON, Elaine. Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas: Um Manual. Bangkok, Thailand, 2000.

GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e Sexualidade Antropologia em Primeira Mão,** Florianópolis, 1998, p. 1-1851

HEALY, G.; O'CONNOR, M. **The links between Prostitution and Sex Trafficking: A Briefing Handbook Coalition Against Trafficking in Women,** 38f, 2006. Disponível em:

http://action.web.ca/home/catw/readingroom.shtml?x=89931&AA_EX_Session=c6ea722fe77632232f5343c444fcfe2a .Acesso em:21 maio 2016.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introdução às relações internacionais: Teorias e abordagens.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p.343

HAZEU, Marcel. **Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual na Amazônia.** 2004

HAZEU, Marcelo. **Políticas Públicas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: a quem interessa enfrentar o tráfico de pessoas?,** Sodireitos/Jepiara-Belém (PA), CHAME/Salvador (BA), Consórcio Projeto Trama/Rio de Janeiro (RJ). In: Cartilha Ministério da Justiça: Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília: 2007.

IBISS-CO. **Projeto Direito de Ir e Vir. Tráfico de Seres Humanos: Responsabilizar é Possível.** Campo Grande, 2004.

_____. **IMIGRANTES.** Tráfico de Seres Humanos. Como no passado O trabalho escravo e as redes de prostituição constituem neste momento, um dos negócios mais lucrativos em todo o mundo. Disponível em <http://imigrantes.no.sapo.pt/page3.html>

KANT, I. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita.** Org. Ricardo Ribeiro Terra. Trad. Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KEMPADOO K. **Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres.** **Cadernos Pagu**, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010483332005000200003&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em: 25 Abril 2016.

LEAL, Maria Lúcia P. **Globalização e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.** Rio de Janeiro: Save the Children, 2003.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima. **Enfrentamento do Tráfico de Pessoas: um questão possível?** in: Cartilha Ministério da Justiça: Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília: 2007.

LIMA, Paulo. **Contra o tráfico de pessoas.** Disponível em www.adital.org.br . Fortaleza, 2006.

LIMA, Renato Sérgio de. O Decreto nº 5.948/2006 e o ciclo das políticas públicas de justiça e segurança. Cartilha Ministério da Justiça: Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília: 2007.

MARCÃO, Renato. Lei 11.106/2005: Novas modificações ao Código Penal brasileiro. (III) – Do lenocínio e do tráfico de pessoas: Art. 227 (Mediação para servir a lascívia de outrem); Art. 231 (Tráfico Internacional de Pessoas): Art. 231-A (Tráfico Interno de pessoas). Disponível em http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos.asp?codigo=148

MARTINEZ, Fabrina. **Thais de que deficiência na legislação dificultam combate ao abuso e exploração sexual.** 2008. Disponível em <http://www.caminhos.uf.ms.br> . Acesso em 07 abril 2016.

NIDECKER, Fernanda. **Planalto Central na Rota do Tráfico.** Jornal do Brasil. 2004. disponível em http://www.mre.gov.br/portugueses/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHADAIMPRENSA_NACIONAL

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children, Supplementing the United Nations Convention Against Transnational Organized Crime.[s.l.] 2000. Disponível em: <http://untreaty.un.org/English/TreatyEvent2003/Texts/treaty2E.pdf> Acesso em: 02 Abr 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. A global alliance against forced labor[s.], 2005. Disponível em: http://www.ilo.org/dyn/declaris/DECLARATIONWEB.DOWNLOAD_BLOB?Var_DocumentID=5059 . Acesso em: 12 Jul 2016.

_____O Trabalho da CPMI da exploração sexual: Balanço final. Disponível em <http://www.senado.gov.br/web/senador/patriciasaboyagomes/ca/cpmi/oquee.htm>

OLIVEIRA, Pedro Américo Furtado de; FARIA, Thaís Dumê. Do Tráfico para o trabalho forjado à caminhada para o trabalho decente. In: Cartilha Ministério da Justiça: Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília: 2007

PAIVA, Leila. **Uma reflexão sobre o Programa de Assistência a Crianças e Adolescentes Vítimas de Tráfico para fins Sexuais**. Cartilha Ministério da Justiça: Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília: 2007.

PEREIRA, Armando. **Prostituição, uma visão global**. Ed. Pallas S.A., 1976.

PESTRAF. **Pesquisa de Tráfico sobre Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial**. Brasília: CECRIA, 2002.

_____PORTUGAL e Brasil adotam estratégias para combater tráfico de seres humanos. Disponível em http://www.embaixadadeportugal.org.br/destaques/detalhe.php?cod_noticias=165

_____PORTUGAL e Brasil debatem tráfico de pessoas e imigração ilegal. Disponível em <http://diplomaciaenegocios.com.br/ntc.asp?cod=1132>

PORTUGAL. Governo da República Portuguesa. Declaração adaptada no Seminário Luso Brasileiro sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Ilegal. Disponível em www.portugal.gov.bt

PUNGS, Reiner. Esforços brasileiros no combate ao tráfico de seres humanos/ discurso de abertura do I Seminário Nacional sobre Tráfico de Seres Humanos.2002. Disponível em http://www.unodc.org/brazil/pt/articles_speechs_thb.html

PEARSON, E. **Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas: um manual**. Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres. Rio de Janeiro, 2006 118p.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PRIMER CONGRESO DE TRATA Y TRAFICO DE PERSONAS. Fac. **Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Argentina**. 4-5-6 de junio de 2008.

Disponível em: <http://congresotrata2008.wordpress.com/> . Acesso em 29 Abril 2016.

ROSÁRIO, Maria do. **Relatório da CPMI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, síntese**. Câmara dos Deputados. Brasília: 2005.

SALES, Lília Maia de Moraes; ALENCAR, Emanuela Cardoso Onofre de; RABELO, Cilana de Moraes Soares; COSTA, Andreia da Silva. **A Questão do Consentimento da Vítima de Tráfico de Seres Humanos**. 2006.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica Educação e Realidade** Julho-Dezembro 1990, 16(2): 5-22.

SIMÕES, Daniela Martins. Metodologia Científica. 2002 Disponível em <http://www.faq.edu.br/estagiosadm/documentos/apostilametodologiacientifica.doc> . Acesso em 20 de junho 2016.

_____. SMM. Combate à Exploração Sexual Comercial. Deputado: MG tem mais pontos de exploração sexual em rodovias. Diário do Grande ABC. Disponível em http://webmail.dpf.gov.br/src/read_body.php?malbox=INBOX&passed_id=1224&

SPRANDEL, Márcia Anita. **Tráfico de Seres Humanos: novas categorias, velhos problemas**. 2001.

STEANS, J. **Gender and International Relations, New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1998**

SUCUPIRA, Fernanda. **Impunidade é um dos grandes vilões no enfrentamento à violência sexual**. Carta Maior. 2003. Disponível em http://www.girassolidario.org.br/?can_cod=9&con_cod=1582

SUÉCIA, S. M. Rainha Silvia da. **Tráfico de Crianças. In: Situação Mundial da Infância 2005** (Capítulo 5 –Destaque 1). Disponível em <http://www.unicef.org/brazil/sowc05/cap5-dest1.htm>

TICKNER, J. A. **You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists**. *International Relations Quarterly* 41:611-632,1997.

_____. TRÁFICO de mulheres aumenta em MS. Correio do Interior. Disponível em <http://www.correiodointerior.com.br/paginas/ler.php?id=24183>

_____. Tráfico de Mulheres, A miséria por trás da fantasia: da pobreza à escravidão sexual, uma estratégia Europeia Global. Disponível em http://ec.europa.eu/justice_home/news/8mars_pt.htm

TRÁFICO HUMANO. Direção: Christian Duguay. Produção de. Intérpretes: Mira Sorvino; Donald Sutherland; Rémy Girard; Isabelle Blais; Laurence Leboeuf;

Vlasta Vrana. Canadá / EUA, 2005. Manaus: Alpha Filmes. 1 DVD (162 min), son., color. Produzido no Pólo Industrial de Manaus

TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL. Brasília: OIT, 2005.

UNODC. **UNODC Lança Iniciativa Global para Prevenir e Conter o Tráfico de Seres Humanos**. Assessoria de Comunicação. Brasília, 2007.

XAVIER, Clyton Eustáquio. **Tráfico de Pessoas. Brasília, Polícia Federal. Divisão de Direitos Humanos, 2007.**